



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

O Sistema CFA/CRAs tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país



Coordenadoria de Informática
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932
Telefone: (61) 3218-1830 e Fax: - www.cfa.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 51/2017/CFA

PROCESSO Nº 476900.005313/2017-15

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Devido a implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização no CFA e nos CRAs participantes do projeto, se faz necessária a aquisição de equipamentos eletrônicos de identificação para uso nas sedes e, eventualmente, para a integração de unidades móveis, visando proporcionar um melhor atendimento, com mais agilidade, modernidade e comodidade aos registrados.

3. DOS EQUIPAMENTOS E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	REF.	QUANTIDADE
01	Mesa digitalizadora	unidade	30
02	Webcam	unidade	30

4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. Os equipamentos a serem fornecidos pelo FORNECEDOR para o ITEM 1, deverão possuir as seguintes características mínimas:

Physical Size - W x D x H: 6,1" x 5,0" x 0,7" (156,0 mm x 127,4 mm x 16,9 mm);

Área ativa: 3,9" x 1,0" (diagonal de 4,0", 98,99 mm x 24,99 mm);

Alimentação e Data Interface: USB de alta velocidade;

Development Environments: C++, .Net e Java SDK/API disponíveis para desenvolvedores;

Input Resolution: 2.540 lpi (não interpolada);
Níveis de Pressão: 512 (não interpolada);
Reading Method: EMR (Ressonância eletromagnética);
Surface: Tratamento antirreflexo e vidro temperado;
Peso: 0,20 Kg.

4.1.1. Fica definido como exemplo de equipamento que atende às características citadas no item 4.1 o modelo STU-300 LCD da Wacom, podendo ser adotados outros modelos similares ou superiores.

4.1.2. Na hipótese de o modelo indicado no item 4.1.1. estar descontinuado por seu fabricante, somente serão aceitos modelos similares ou superiores, desde que estejam disponíveis nos portfólios de seus fabricantes, na data de realização do pregão objeto deste Termo de Referência.

4.2. Os equipamentos a serem fornecidos pelo FORNECEDOR para o ITEM 2, deverão possuir as seguintes características mínimas:

HW H.264 de codificação para mais rápidas, mais suaves experiências HD;

Lentes Carl Zeiss com prêmio AutoFocus 20-passo;

Full HD 1080p de vídeo chamando no Skype;

Full HD 1080p gravações e rápido upload para o Facebook, Tweeter e YouTube;

Microfone de alta qualidade dupla para áudio estéreo;

Base do tripé pronto.

4.2.1. Fica definido como exemplo de equipamento que atende às características citadas no item 4.2 o modelo C920 Full HD PRO 1080p da Logitech, podendo ser adotados outros modelos similares ou superiores.

4.2.2. Na hipótese de o modelo indicado no item 4.2.1. estar descontinuado por seu fabricante, somente serão aceitos modelos similares ou superiores, desde que estejam disponíveis nos portfólios de seus fabricantes, na data de realização do pregão objeto deste Termo de Referência.

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E QUANTIDADES

Item	Descrição	Valor Unitário Máximo Admissível* (R\$)	Quantidade Total	Valor Total (R\$)
2	Mesa Digitalizadora	R\$ 900,67	30	R\$ 27.020,10
3	Webcam	R\$ 362,61	30	R\$ 10.878,30

(*) Preço Unitário Máximo conforme inciso III do art. 9º do Dec. N.º 3.931/2001

6. DOS PRAZOS E DA ENTREGA

6.1. A empresa vencedora deverá entregar todos os equipamentos na Sede do CFA, localizada na SAUS quadra 1 bloco 1 - Brasília (DF), no prazo máximo de 15 (quinze)

dias úteis, a partir da emissão da Nota de Empenho;

6.2. As entregas observarão o seguinte procedimento:

6.2.1. Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, mediante recibo, para verificação do atendimento às especificações requeridas neste Termo de Referência;

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1. Os equipamentos devem estar em conformidade com o estabelecido pelo INMETRO, no Edital e seus anexos, a fim de garantir a sua qualidade.

7.2. Os equipamentos ofertados deverão ser originais, novos e de primeiro uso, devendo, ainda, estar acondicionados em embalagens originais, devidamente lacradas, que garantam sua integridade, desde o transporte até seu uso, rotuladas conforme a legislação em vigor, trazendo externamente dados de identificação, marca, modelo, procedência, número do lote e data de fabricação.

7.3. Os produtos ofertados deverão ter garantia contra defeitos de fabricação e atender aos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

7.3.1. O Fabricante/fornecedor deverá garantir que os equipamentos fornecidos estão isentos de defeitos de materiais, fabricação e/ou mão de obra, através de CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE.

7.3.2. A garantia contra defeitos de fabricação dos equipamentos será POR PERÍODO ESTABELECIDO NA DESCRIÇÃO DE CADA PRODUTO, contados a partir do seu recebimento definitivo.

7.4. Antes da adjudicação, o Pregoeiro se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) equipamento(s) ofertado(s), a fim de garantir a sua qualidade.

7.4.1. O prazo para apresentação da(s) amostra(s), quando solicitada, será de 03 (três) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo Pregoeiro durante a sessão pública do Pregão Eletrônico.

7.5. O CFA executará a referida inspeção, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de entrega dos equipamentos.

7.5.1. Os equipamentos serão inspecionados no local de recebimento, quanto à parte visual e em relação a conformidade com as especificações solicitadas, e não havendo irregularidades, o CFA emitirá a Nota de Empenho formalizando o aceite.

7.5.2. A existência de inspeção não isenta o FORNECEDOR da responsabilidade pela qualidade dos equipamentos fornecidos.

7.6. Em caso de rejeição do(s) equipamento(s), o CFA informará ao FORNECEDOR os motivos da não aceitação, devolvendo o(s) BEM(NS) para correção, ficando o FORNECEDOR ciente da obrigação de proceder com a substituição dos mesmos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.7. Caberá ao FORNECEDOR arcar com as despesas de embalagem e frete dos equipamentos a serem entregues ou a serem substituídos.

7.7.1. As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da Nota Fiscal.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento integral dos equipamentos solicitados e entregues será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contado da apresentação da Nota Fiscal, desde que não

haja pendências a serem sanadas pela contratada e o referido documento fiscal seja devidamente atestado pelo fiscal do contrato, efetuando-se a retenção de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, emitida pela Receita Federal do Brasil e demais diplomas legais aplicáveis.

9. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. Entregar os equipamentos em conformidade com o estabelecido no Edital e seus anexos.

9.2. Substituir o(s) equipamento(s) que esteja(m) desconforme(s) com o estabelecido no Edital e no Termo de Referência, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.3. Submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.

9.4. Apresentar documento fiscal especificando todos os produtos fornecidos, com indicação de preços unitários e total.

9.5. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE.

9.6. Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

10. OBRIGAÇÕES DO CFA

10.1. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pelo FORNECEDOR.

10.2. Notificar, por escrito, o FORNECEDOR quaisquer irregularidades encontradas nos produtos fornecidos.

10.3. Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após o aceite dos equipamentos fornecidos.

10.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1. O prazo de vigência da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR GLOBAL ESTIMADO

12.1. A rubrica orçamentária que suportará os custos decorrentes do objeto serão arcados por verba estabelecida no Art. 48 da Resolução Normativa CFA nº 497, de 15/03/2017:

"Art. 48. Fica resguardada, no exercício de 2017, a destinação de até R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) do Fundo de Recursos Financeiros do PRODER, para subsidiar o desenvolvimento de Sistemas Gerenciais informatizados e totalmente web para o CFA e para os Conselhos Regionais de Administração (CRAs), com plena integração online entre eles."

12.2. O valor total global estimado para a prestação dos serviços de que trata este Pregão é de R\$ 37.898,40 (trinta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e

quarenta centavos), sendo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total Estimado
01	MESA DIGITALIZADORA	Unidade	30 (trinta)	R\$ 27.020,10
02	WEBCAM	Unidade	30 (trinta)	R\$ 10.878,30

13. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada acompanhada e fiscalizada pelo Coordenadoria de Tecnologia da Informação do CFA, através de preposto designado.

Weuller Marcos da Silva Santos
Analista de Sistemas



Documento assinado eletronicamente por **Weuller Marcos da Silva Santos**, **Analista de Sistemas**, em 25/07/2017, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0073291** e o código CRC **1CA3469D**.

1.

Referência: Processo nº 476900.005313/2017-15

SEI nº 0073291



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

O Sistema CFA/CRAs tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país



Coordenadoria de Informática
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932

Telefone: (61) 3218-1830 e Fax: - www.cfa.org.br

Despacho nº 1195/2017/CFA

Brasília, 25 de julho de 2017.

Para: Adm. Joaquim Luciano Gomes Faria

Providências: Elaborar de Ata de Registro de Preços e demais trâmites administrativos com base no TR para aquisição de kits de autoatendimento (doc SEI nº 0073291).

José Carlos de Araújo Ferreira
Analista de Sistema



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos de Araújo Ferreira, Coordenador da Coordenadoria de Informática**, em 25/07/2017, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0075231** e o código CRC **FE58BEFA**.

Referência: Processo nº 476900.005313/2017-15

SEI nº 0075231



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

O Sistema CFA/CRAs tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país



Seção de Compras

Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932

Telefone: (61) 3218-1813 e Fax: - www.cfa.org.br

Despacho nº 1212/2017/CFA

Brasília, 26 de julho de 2017.

Para: Câmara de Administração e Finanças

Providências: Solicitamos autorização para abertura de processo de licitação, modalidade Pregão para registro de preços, para aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, cujo valor médio estimado está em R\$ 37.898,40 (trinta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

Solicitamos ainda a indicação da dotação orçamentária que suportará a despesa, bem como a aprovação do termo de referencia constante do doc. SEI 0073291.

Tec. Cont. Alberto Lopes de Barros

Chefe da Seção de Compras



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Lopes de Barros, Chefe da Seção de Compras**, em 26/07/2017, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0075728** e o código CRC **55532573**.

Referência: Processo nº 476900.005313/2017-15

SEI nº 0075728



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

O Sistema CFA/CRA's tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país



Câmara de Administração e Finanças
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932

Telefone: (61) 3218-1800 e Fax: - www.cfa.org.br

Despacho nº 1222/2017/CFA

Brasília, 26 de julho de 2017.

Para: Seção de Compras

Providências: Abertura de processo de licitação, modalidade Pregão para registro de preços, para aquisição de equipamentos eletrônicos, cuja despesa correrá a conta da dotação orçamentária 6.2.2.1.1.01.04.04.057.014, conforme termo de referência 51(0073291), com o qual concordamos e aprovamos.

Adm Ruy Pedro Baratz Ribeiro
Diretor Administrativo Financeiro
CRA - RS 2117



Documento assinado eletronicamente por **Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Diretor**, em 26/07/2017, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0075842** e o código CRC **C233AD8D**.

Referência: Processo nº 476900.005313/2017-15

SEI nº 0075842



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

O Sistema CFA/CRAs tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país



Comissão Especial de Pregoeiros do CFA
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932
Telefone: (61) 3218-1813 e Fax: - www.cfa.org.br

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 22/2017/CFA

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 476900.005313/2017-15

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

PREÂMBULO

Tipo de Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 22/2017

Exclusivo para ME e EPP

Entrega de propostas a partir de :14/08/2017

A partir da publicação no seguinte endereço

eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

Etapas de Lances: 24/08/2017

Abertura da seção pública:

- **Horário:** [09h] (horário oficial de Brasília)

- **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br

- **Código da UASG:** 389133

A Conselho Federal de Administração - CFA, representada pela Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 34 de 23 de março de 2017, torna público que realizará, na data, horário e local acima indicados, licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**" objetivando Registro de Preços para aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições constantes neste Edital e anexos, consoante o Processo em epígrafe.

Não havendo expediente na data marcada ou havendo fato superveniente impeditivo

à realização, a sessão pública será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário, salvo comunicação em contrário do pregoeiro.

1. DA SESSÃO PÚBLICA E VINCULAÇÃO

1.1. A sessão pública do certame será realizada na Internet, sendo integralmente conduzida pelo pregoeiro, assessorado por sua equipe de apoio, conforme Portaria nº 34, de 23 de março de 2017.

1.2. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nº 5450/2005 e 6.204/2007, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo observadas as seguintes datas e horários:

a) **Encaminhamento da proposta e anexos:** a partir da data de divulgação do Edital no site www.comprasnet.gov.br, até a data e horário da abertura da sessão pública.

b) Sessão pública na Internet para recebimento dos lances: aberta às **09:00** horas do dia **24/08/2017**, no mesmo endereço www.comprasnet.gov.br

c) **Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília/DF.**

d) O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto desta licitação é Registro de Preços para aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência- Anexo A.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site www.comprasnet.gov.br e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo A), o licitante deverá obedecer a este último.

2.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO A - Termo de Referência;

ANEXO B - Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO C - Minuta do Contrato.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão, as empresas que atenderem a todas às exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação SLTI, por meio do Site www.comprasnet.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.1. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital, que a empresa está enquadrada como ME/EPP (quando assim o for), estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar, que sua proposta é absolutamente

independente em relação aos demais licitantes.

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, exceto a licitante beneficiada com a Lei Complementar 123/06 que poderá apresentar a documentação de regularidade fiscal vencida no momento do Pregão e terá até **05 (cinco)** dias úteis, após a solicitação do(a) Pregoeiro(a), para comprovar a sua regularização.

3.2. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e que atendam às condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente ou por Pregoeiro Oficial ou Equipe de Apoio, à vista dos originais.

3.2.1. As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar deste pregão, deverão providenciar seu cadastramento pelo menos no nível básico de credenciamento.

3.3. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

3.3.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.3.2. Em dissolução ou em liquidação;

3.3.3. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.3.4. Estrangeiras que não funcionem no País;

3.3.5. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.3.6. Empresas que tenham condenações cíveis por ato de improbidade administrativa.

3.4. Como condição para participação no Pregão, deverá declarar:

3.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, nos casos de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.4.2. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

c) que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;

d) que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII,

da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta, ou ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou à não utilização de mão de obra de menores, sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Pregão Eletrônico tradicional para fornecedores”, disponibilizado no endereço www.comprasnet.gov.br;

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet, no site www.comprasnet.gov.br.

4.3. A licitante e seu representante legal deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor (SLTI), no prazo de 03 (três) dias úteis antes da data da realização do pregão.

4.4. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (§ 1º, Art. 3º do Decreto n.º 5.450/05), no site www.comprasnet.gov.br.

4.5. O credenciamento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro obrigatório no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, com os seguintes níveis de credenciamento:

- I - Credenciamento;
- II - Habilitação Jurídica;
- III - Regularidade fiscal federal;
- IV - Regularidade fiscal estadual/municipal;
- V - Qualificação econômico-financeira.

4.5.1. Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação

4.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão eletrônico (§ 6º, Art. 3º do Decreto nº 5.450/05).

4.7. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, Art.3º do Decreto n.º 5.450/05).

4.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.10. O licitante será responsável por todas as transações que forem

efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.11. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DO SISTEMA ELETRÔNICO E DA PROPOSTA

5.1. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da data de divulgação do Edital no site www.comprasnet.gov.br até a data e horário da abertura da sessão pública.

5.1.1. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.2. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, deverão informar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta, ou ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou à não-utilização de mão de obra de menores, sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos relativos a:

5.3.1. **Valor GLOBAL** – em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado.

5.3.1.1. **Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, o preço de cada uma das etapas previstas deve ficar iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública.**

5.3.1.2. No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

5.3.1.3. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL -, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta de preços apresentada.

5.3.2. A licitante deverá preencher o campo da Descrição Detalhada do Objeto, somente com as informações sobre o item, esclarecendo as especificações técnicas principais as condições do serviço, conforme o solicitado no Anexo A, sendo desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com esta determinação.:

5.3.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

5.3.2.2. Não serão aceitas descrições genéricas como: “conforme Edital”, “atendemos o Edital” dentre outras, sem especificar o serviço ofertado;

5.4. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

5.5. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. ABERTURA DA SESSÃO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2. No decorrer da sessão pública, caso o sistema seja desconectado para o Pregoeiro, mas permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor **TOTAL GLOBAL POR ITEM**.

8.1.2. A proposta deve incluir todos os custos inerentes às etapas do objeto. Deverão ser incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas, tributos, fretes, inclusive contribuições fiscais e para fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste contrato.

8.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento de seu lance no sistema e do valor consignado no registro.

8.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos.

8.4. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.

8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.6. O intervalo entre os lances ofertados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos. Os lances enviados em desacordo serão descartados automaticamente pelo sistema.

8.7. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

8.9. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.11. Apurada a proposta final de menor preço, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

9.1.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

9.1.2. Os preços não poderão ultrapassar o valor global máximo do item, bem como não poderão ultrapassar os valores unitários máximos definidos no Termo de Referência.

9.2. Em seguida, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.3. A proposta final de preços deverá ser encaminhada no prazo máximo de 1 (uma) hora, após a solicitação do Pregoeiro e deverá conter: razão social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, dados bancários (banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento), nome do responsável pela assinatura da contrato e proposta com cargo e CPF, prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da sessão deste Pregão, garantia, marca e modelo do produto ofertado e as especificações do objeto de forma clara, atualizada com lance final ofertado, considerando apenas duas casas decimais, juntamente com prospecto do produto. O envio deverá ser efetuado por meio do campo "Anexo da Proposta".

9.4. A declaração falsa relativa à elaboração independente de proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

9.5. Se a proposta de menor valor não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.5.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.6. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que

não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.7. Sendo aceitável a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá apresentar – original ou cópia autenticada - sua habilitação, na forma determinada neste Edital.

9.8. Será desclassificada a proposta final que:

9.8.1. Contenha vícios ou ilegalidades;

9.8.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico ou Termo de Referência;

9.8.3. Apresentar preços finais superiores ao valor máximo fixado ou não atendam os requisitos estabelecidos neste Edital;

9.8.4. Apresentar preços unitários superiores àqueles estimados no Termo de Referência.

9.9. Também será desclassificada a proposta final que:

9.9.1. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida;

9.9.2. Não vier a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e à produtividade apresentada.

9.9.3. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

9.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

b. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

c. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

d. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

e. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

f. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

g. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

h. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

i. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

j. Estudos setoriais;

k. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

l. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e

m. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

9.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.12. As licitantes convocadas que não apresentarem proposta de preço e/ou outros documentos solicitados de acordo com o Edital, no prazo determinado via chat, serão desclassificadas e consideradas desistentes, não sendo convocadas posteriormente para qualquer outro item que a empresa venha a se classificar, sem prejuízo aos itens já aceitos pelo pregoeiro(a).

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Aceita a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, sua condição de habilitação, anexando a documentação, em campo oportuno a ser aberto no comprasnet pelo Pregoeiro, e sendo aceito, deverá encaminhar os documentos pertinentes no prazo máximo de até 3 (três) dias a contar da solicitação no sistema eletrônico.

10.1.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

10.2. É assegurado ao Licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhar a documentação atualizada, juntamente com a documentação complementar.

10.3. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.4. Será considerada inabilitada a Licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

10.5. Tendo sido constatada alguma irregularidade na comprovação fiscal de microempresas ou empresa de pequeno porte, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de ter sido declarado vencedor e contando-se o prazo a partir da convocação pelo pregoeiro por meio do chat, no pregão, prorrogável por idêntico período, a critério da CFA, para a demonstração de regularidade, materializada com a apresentação da certidão negativa ou a certidão positiva com efeito de negativa.

10.6. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

10.7. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

10.8. A não-regularização da documentação, no prazo previsto de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por idêntico período a critério da CFA, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº

8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.9. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.10. O licitante que já estiver cadastrado ou habilitado parcialmente no SICAF, em situação regular, ficará dispensado de apresentar os documentos abrangidos pelo referido cadastro, conforme o caso.

10.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.13. Constatado o atendimento pleno às exigências de habilitação, fixadas no edital, será declarado o Licitante vencedor da licitação, iniciando-se a contagem do prazo para a intenção de recursos.

10.14. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

11. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

11.1. Para fins de habilitação ao certame, o licitante detentor do menor preço se obriga a satisfazer os requisitos relativos a:

a. Habilitação Jurídica;

b. Qualificação Econômico-Financeira;

c. Qualificação Técnica;

d. Regularidade Fiscal com a Fazenda Nacional, o Sistema de Seguridade Social e FGTS;

e. Regularidade Trabalhista;

f. Declaração de Cumprimento ao Disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

g. Os Licitantes são obrigados a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, em conformidade com o art. 32, §2º da Lei de Licitações;

h. Os Licitantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do inciso VII, do artigo 4º da Lei Nº. 10.520/02.

11.2. Relativos à Habilitação Jurídica

a. No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b. No caso de **sociedade empresária**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

d. No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e. Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

11.3. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e quanto à Dívida Ativa da União, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal ou Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
5. Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

11.4. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

11.4.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão;

11.5. Relativo à Qualificação Técnica

11.5.1. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação das seguintes documentações, conforme o art. 30 da Lei nº 8.666/93:

a. Atestado de Capacidade Técnica - A empresa deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado/certidão/declaração de capacidade técnica, em nome da Licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o Licitante prestado serviços, de forma satisfatória, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação;

11.5.2. Caso a empresa vencedora não tenha cadastrado conforme determina o item 3.4.2 como "SIM", o mesmo Deverá ser encaminhada na forma eletrônica, no mesmo momento do envio da proposta de preços, possibilitando desta forma, a consulta pelo Pregoeiro na fase de habilitação os seguintes documentos:

- a. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- b. Declaração de enquadramento como EPP ou ME conforme disposto na LC nº. 123/06;

- c. Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes;
- d. Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- e. Declaração de que tomou conhecimento e concorda com as condições estabelecidas no edital;
- f. Declaração de que atende os requisitos de habilitação.

11.6. Os documentos exigidos deverão ser entregues aos cuidados do Pregoeiro, endereçados a SAUS Quadra 01 Bloco “L” Edifício CFA – Edifício CFA – Asa Sul – Brasília – DF – CEP 70.070-932.

11.7. Os documentos exigidos podem ser apresentados no original, ou por cópia autenticada por cartório, ou ainda, com a apresentação da publicação em órgão da imprensa oficial, com cópia para conferência e autenticação do Pregoeiro. Tais documentos deverão ser entregue em envelope fechado contendo, externamente, os seguintes dizeres:

“CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 22/2017 - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS

EMPRESA: _____”

11.8. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

11.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno

11.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.12. É dispensada a apresentação de documentos de habilitação que contemplem o rol de documentos constantes do SICAF, desde que os mesmos estejam válidos. Caso esteja vencido os mesmos deverão atender às exigências contida no item 11.6.

12. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

12.1. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com a identificação do respectivo CPF e Carteira de Identidade.

12.2. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e com o número do CNPJ e endereço respectivo. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

12.3. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, por tradutor público juramentado.

12.4. No caso de apresentação apenas dos documentos de forma original, os mesmos não serão devolvidos à empresa, passando a integrar a documentação do processo.

12.5. Os documentos que forem emitidos pela Internet estarão sujeitos a posterior conferência na página eletrônica do órgão emissor, para certificação de sua autenticidade.

12.6. Os documentos apresentados deverão estar válidos na data de recebimento dos envelopes, exceto as certidões relativas à qualificação econômico-financeira, que não têm validade expressa. Nos demais, a validade corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos.

12.7. Quando o órgão emitente for omissa em relação ao prazo de validade dos mesmos, considerar-se-á o prazo de validade de 90 (noventa) dias.

12.8. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **03 (três) dias**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

13.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a CONTRATADA.

14. DOS RECURSOS

14.1. Declarado o vencedor do presente **PREGÃO ELETRÔNICO SRP**, qualquer licitante poderá durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, no prazo mínimo de 30 (trinta) minutos a contar da abertura da fase recursal, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso.

14.2. As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo máximo de até 03 (três) dias para fazê-lo, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3. Os recursos serão recebidos, examinados e decididos pelo Pregoeiro, encaminhados à autoridade competente (Ordenador de Despesas) quando mantiver sua decisão.

14.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto a intenção de recorrer nos termos do subitem 14.1, importará na decadência desse direito ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao Licitante declarado vencedor;

14.5. Os recursos interpostos contra decisão do Pregoeiro que habilitar e inhabilitar a licitante ou que julgar as propostas terão efeito suspensivo;

14.5.1. Não terá efeito suspensivo o recurso interposto da decisão do pregoeiro que não conhecer de recurso manifestamente incabível.

14.6. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

14.7. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente (Ordenador de Despesas) adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório;

14.8. Dar-se-á conhecimento aos interessados da decisão dos recursos por intermédio de comunicação por e-mail, fac-símile, ofício ou por outra maneira formal, pela imprensa oficial, quando assim dispuser a legislação;

14.9. Não serão conhecidos os recursos interpostos sem manifestação prévia no ato da sessão pública e fora dos respectivos prazos legais; e

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Licitações e Contratos da CFA.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DO CONTRATO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

16.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas será firmado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS "ARP", conforme minuta constante no ANEXO B do edital, a qual será adaptada à proposta do licitante vencedor.

16.2. A CFA convocará a adjudicatária para assinar a "ARP", a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

16.3. O prazo acima estabelecido para assinatura da "ARP" poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CFA.

16.4. É facultado ao CFA, quando a convocada não assinar a "ARP" no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes. O pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, em conformidade com este Edital, ou revogar a Licitação independente da cominação prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

16.5. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato de assinatura a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS "ARP", será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.6. O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por ato unilateral escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, amigavelmente, por mútuo acordo das partes, e ainda judicialmente na forma do art. 79, observados os motivos determinantes previstos no art. 78, da Lei nº 8.666/93.

16.7. O reajuste será realizado na forma prevista no Contrato.

16.8. A consulta ao SICAF, para verificar a regularidade da pretendida CONTRATADA, será feita "on line", por servidor devidamente credenciado, que deverá imprimir esses documentos e anexá-los aos autos do processo de contratação.

16.9. O prazo de vigência a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS "ARP" será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

17. DO REAJUSTE

As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Instrumento de Contrato, anexo a este Edital.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CFA E DA CONTRATADA

As obrigações da CFA e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

19. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

A aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

20. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Os critérios de fiscalização do contrato estão estabelecidos no Contrato , anexo B deste Edital.

21. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado na medida em que os equipamentos forem entregues, na forma prevista no Termo de Referência, Anexo A deste Edital, após o atesto do Gestor/fiscal na Nota Fiscal.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa referente ao objeto deste Pregão correrá, neste exercício, à conta de elemento de despesa nº : 6.2.2.1.1.02.01.03.003. constante da dotação orçamentária da CONTRATANTE.

23. DO VALOR ESTIMADO

23.1. Nos termos do disposto no inciso X do art. 40 combinado com o inciso II do art. 48, ambos da Lei nº. 8.666/1993, o Conselho Federal de Administração, com base pesquisa de mercado realizada durante a fase interna do procedimento licitatório, fixa neste ato como critério de aceitabilidade da proposta de preço a ser apresentada pelos licitantes, o valor máximo por Item expresso em real, ficando o licitante ciente de que, a proposta de preços apresentada com valor superior ao limite estabelecido, acarretará a desclassificação da proposta em relação ao objeto, sujeitando-se a todos os efeitos decorrentes da legislação pertinente.

23.2. O valor global estimado para gastos será de R\$ 37.898,40 (trinta e sete mil oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

24. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

24.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Apresentar documentação falsa;

24.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

24.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

24.1.6. Cometer fraude fiscal;

24.1.7. Fizer declaração falsa;

24.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

24.2. A Licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no

subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.2.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

24.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Federal e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

24.2.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.3. Caso a CFA determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

25. DO ADIAMENTO, DA REVOGAÇÃO OU DA ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiada ou ter prorrogado o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

26. DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei nº. 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, na forma eletrônica, ou mediante o encaminhamento de petição por escrito ao Pregoeiro.

27.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

27.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

27.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet.

27.2.1. O pedido de esclarecimentos será respondido em até 24 (vinte e quatro) horas.

27.2.2. Quaisquer esclarecimentos de dúvidas visando ao perfeito entendimento deste Edital deverão ser encaminhados para os endereços eletrônicos licitacao@cfa.org.br ou protocolo@cfa.org.br.

27.3. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de

publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

27.5. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

27.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.7. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

27.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.12. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

27.13. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço SAUS Quadra 01 Bloco L Edf. CFA, Brasília/DF, CEP: 70.070-932, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 11h30 horas e das 13h30 às 17h30 horas.

27.13.1. O Edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br no site www.cfa.org.br.

27.14. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço SAUS Quadra 01 Bloco L Edf. CFA, Brasília/DF, CEP: 70.070-932, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 11h30 horas e das 13h30 às 17h30 horas.

27.15. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

27.16. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

27.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Tec. Cont. Alberto Lopes de Barros
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Lopes de Barros, Pregoeiro**, em 10/08/2017, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0076694** e o código CRC **DEC78192**.

ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO

ANEXO A

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 51/2017/CFA

PROCESSO Nº 476900.005313/2017-15

1. OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Devido a implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização no CFA e nos CRAs participantes do projeto, se faz necessária a aquisição de equipamentos eletrônicos de identificação para uso nas sedes e, eventualmente, para a integração de unidades móveis, visando proporcionar um melhor atendimento, com mais agilidade, modernidade e comodidade aos registrados.

3. DOS EQUIPAMENTOS E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	REF.	QUANTIDADE
01	Mesa digitalizadora	unidade	30

02	Webcam	unidade	30
----	--------	---------	----

4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. Os equipamentos a serem fornecidos pelo FORNECEDOR para o ITEM 1, deverão possuir as seguintes características mínimas:

Physical Size - W x D x H: 6,1" x 5,0" x 0,7" (156,0 mm x 127,4 mm x 16,9 mm);

Área ativa: 3,9" x 1,0" (diagonal de 4,0", 98,99 mm x 24,99 mm);

Alimentação e Data Interface: USB de alta velocidade;

Development Environments: C++, .Net e Java SDK/API disponíveis para desenvolvedores;

Input Resolution: 2.540 lpi (não interpolada);

Níveis de Pressão: 512 (não interpolada);

Reading Method: EMR (Ressonância eletromagnética);

Surface: Tratamento antirreflexo e vidro temperado;

Peso: 0,20 Kg.

4.1.1. Fica definido como exemplo de equipamento que atende às características citadas no item 4.1 o modelo STU-300 LCD da Wacom, podendo ser adotados outros modelos similares ou superiores.

4.1.2. Na hipótese de o modelo indicado no item 4.1.1. estar descontinuado por seu fabricante, somente serão aceitos modelos similares ou superiores, desde que estejam disponíveis nos portfólios de seus fabricantes, na data de realização do pregão objeto deste Termo de Referência.

4.2. Os equipamentos a serem fornecidos pelo FORNECEDOR para o ITEM 2, deverão possuir as seguintes características mínimas:

HW H.264 de codificação para mais rápidas, mais suaves experiências HD;

Lentes Carl Zeiss com prêmio AutoFocus 20-passo;

Full HD 1080p de vídeo chamando no Skype;

Full HD 1080p gravações e rápido upload para o Facebook, Tweeter e YouTube;

Microfone de alta qualidade dupla para áudio estéreo;

Base do tripé pronto.

4.2.1. Fica definido como exemplo de equipamento que atende às características citadas no item 4.2 o modelo C920 Full HD PRO 1080p da Logitech, podendo ser adotados outros modelos similares ou superiores.

4.2.2. Na hipótese de o modelo indicado no item 4.2.1. estar descontinuado por seu fabricante, somente serão aceitos modelos similares ou superiores, desde que estejam disponíveis nos portfólios de seus fabricantes, na data de realização do pregão objeto deste Termo de Referência.

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E QUANTIDADES

Item	Descrição	Valor Máximo	Unitário Admissível*	Quantidade Total	Valor Total (R\$)
------	-----------	-----------------	-------------------------	---------------------	----------------------

		(R\$)	Total	(R\$)
2	Mesa Digitalizadora	R\$ 900,67	30	R\$ 27.020,10
3	Webcam	R\$ 362,61	30	R\$ 10.878,30

(*) Preço Unitário Máximo conforme inciso III do art. 9º do Dec. N.º 3.931/2001

6. DOS PRAZOS E DA ENTREGA

6.1. A empresa vencedora deverá entregar todos os equipamentos na Sede do CFA, localizada na SAUS quadra 1 bloco 1 – Brasília (DF), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da emissão da Nota de Empenho;

6.2. As entregas observarão o seguinte procedimento:

6.2.1. Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, mediante recibo, para verificação do atendimento às especificações requeridas neste Termo de Referência;

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1. Os equipamentos devem estar em conformidade com o estabelecido pelo INMETRO, no Edital e seus anexos, a fim de garantir a sua qualidade.

7.2. Os equipamentos ofertados deverão ser originais, novos e de primeiro uso, devendo, ainda, estar acondicionados em embalagens originais, devidamente lacradas, que garantam sua integridade, desde o transporte até seu uso, rotuladas conforme a legislação em vigor, trazendo externamente dados de identificação, marca, modelo, procedência, número do lote e data de fabricação.

7.3. Os produtos ofertados deverão ter garantia contra defeitos de fabricação e atender aos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

7.3.1. O Fabricante/fornecedor deverá garantir que os equipamentos fornecidos estão isentos de defeitos de materiais, fabricação e/ou mão de obra, através de CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE.

7.3.2. A garantia contra defeitos de fabricação dos equipamentos será POR PERÍODO ESTABELECIDO NA DESCRIÇÃO DE CADA PRODUTO, contados a partir do seu recebimento definitivo.

7.4. Antes da adjudicação, o Pregoeiro se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) equipamento(s) ofertado(s), a fim de garantir a sua qualidade.

7.4.1. O prazo para apresentação da(s) amostra(s), quando solicitada, será de 03 (três) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo Pregoeiro durante a sessão pública do Pregão Eletrônico.

7.5. O CFA executará a referida inspeção, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de entrega dos equipamentos.

7.5.1. Os equipamentos serão inspecionados no local de recebimento, quanto à parte visual e em relação a conformidade com as especificações solicitadas, e não havendo irregularidades, o CFA emitirá a Nota de Empenho formalizando o aceite.

7.5.2. A existência de inspeção não isenta o FORNECEDOR da responsabilidade pela qualidade dos equipamentos fornecidos.

7.6. Em caso de rejeição do(s) equipamento(s), o CFA informará ao FORNECEDOR os motivos da não aceitação, devolvendo o(s) BEM(NS) para correção, ficando o FORNECEDOR ciente da obrigação de proceder com a substituição dos mesmos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.7. Caberá ao FORNECEDOR arcar com as despesas de embalagem e frete dos equipamentos a serem entregues ou a serem substituídos.

7.7.1. As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da Nota Fiscal.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento integral dos equipamentos solicitados e entregues será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contado da apresentação da Nota Fiscal, desde que não hajam pendências a serem sanadas pela contratada e o referido documento fiscal seja devidamente atestado pelo fiscal do contrato, efetuando-se a retenção de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, emitida pela Receita Federal do Brasil e demais diplomas legais aplicáveis.

9. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. Entregar os equipamentos em conformidade com o estabelecido no Edital e seus anexos.

9.2. Substituir o(s) equipamento(s) que esteja(m) desconforme(s) com o estabelecido no Edital e no Termo de Referência, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.3. Submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.

9.4. Apresentar documento fiscal especificando todos os produtos fornecidos, com indicação de preços unitários e total.

9.5. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE.

9.6. Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

10. OBRIGAÇÕES DO CFA

10.1. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pelo FORNECEDOR.

10.2. Notificar, por escrito, o FORNECEDOR quaisquer irregularidades encontradas nos produtos fornecidos.

10.3. Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após o aceite dos equipamentos fornecidos.

10.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1. O prazo de vigência da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR GLOBAL ESTIMADO

12.1. A rubrica orçamentária que suportará os custos decorrentes do objeto serão arcados por verba estabelecida no Art. 48 da Resolução Normativa CFA nº 497, de 15/03/2017:

"Art. 48. Fica resguardada, no exercício de 2017, a destinação de até R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) do Fundo de Recursos Financeiros do PRODER, para subsidiar o desenvolvimento de Sistemas Gerenciais informatizados e totalmente web para o CFA e para os Conselhos Regionais de Administração (CRAs), com plena integração online entre eles."

12.2. O valor total global estimado para a prestação dos serviços de que trata este Pregão é de R\$ 37.898,40 (trinta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), sendo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total Estimado
01	MESA DIGITALIZADORA	Unidade	30 (trinta)	R\$ 27.020,10
02	WEBCAM	Unidade	30 (trinta)	R\$ 10.878,30

13. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada acompanhada e fiscalizada pelo Coordenadoria de Tecnologia da Informação do CFA, através de preposto designado.

Weuller Marcos da Silva Santos
Analista de Sistemas



Documento assinado eletronicamente por **Weuller Marcos da Silva Santos, Analista de Sistemas**, em 25/07/2017, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0073291** e o código CRC **1CA3469D**.

ANEXO B

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA

PROCESSO CFA Nº 476900.005313/2017-15

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 22/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS xx/2017

CONTRATANTE

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CFA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 34.061.135/0001-89, instalado na SAUS Quadra 01 Bloco L Edf. CFA, em Brasília - DF, neste ato representado por seu Presidente Adm. Wagner H. Siqueira, Brasileiro, Casado, CRA-RJ 01-02903, CPF nº 032.298.747-49, daqui por diante designado simplesmente CFA.

CONTRATADA

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número _____, estabelecida na _____, Bairro _____, CIDADE/UF, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu (sua) Cargo, nacionalidade, estado civil portadora da CI-RG nº _____, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, conforme _____ (procuração/contrato), que confere aos qualificados poderes para representá-la na assinatura do contrato, daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA.

Em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 17/2017 para Registro de Preços e homologação constante do Processo nº 476900.003090/2017-43, e proposta de preço datada de, **RESOLVEM** registrar os preços, que se regerá pelas disposições legais insculpidas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e Decreto 7892/2013, e respectivas alterações e

regulamentações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO, PREÇOS E QUANTITATIVOS

1.1 Os Preços para aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, por 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidade definidas no edital do Pregão Eletrônico nº 22/2017 e seus anexos:

1.2 Valores registrados:

Item	Descrição	Valor Unitário Máximo Admissível* (R\$)	Quantidade Total	Valor Total (R\$)
1	Mesa Digitalizadora		30	
2	Webcam		30	

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CADASTRO DE RESERVA

2.1 Formam o cadastro de reserva os licitantes que aceitarem cotar os serviços pelos mesmos preços do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, para o caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

2.2 A ordem de classificação dos licitantes registrados nesta ata deverá ser respeitada nas contratações.

2.3 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do Art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

3.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.2.2 A ordem da classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o

fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.3.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade ser confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

3.3.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação; e

3.3.3 não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.4 O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.4.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.4.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.4.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.4.4 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do Art. 87 da Lei 8.666/93, ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/02.

3.4.5 o cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos 3.4.1 a 3.4.4 será formalizado por despacho o órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.5 O cancelamentos do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

3.5.1 por razão de interesse público; ou

3.5.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ADESÕES

4.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência e nos termos do Decreto 7.892/13.

4.1.1 As aquisições ou contratações adicionais por adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador;

4.2.2 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.2.3 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

5.1.1 não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo

de validade de sua proposta;

5.1.2 não retirar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de vigência da referida Ata;

5.1.3 apresentar documentação falsa;

5.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

5.1.5 retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

5.1.6 não manter a proposta; e

5.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

5.2 O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitarão o Fornecedor às sanções da Lei nº. 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

5.3 Estará o Fornecedor sujeito às seguintes penalidades, de aplicação independente e cumulativa, sem prejuízo de outras estabelecidas na Lei nº. 8.666/93, com suas alterações posteriores:

5.3.1 Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa e o contraditório, fique a CONTRATADA sujeita às sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu (s) ato (s) ensejar (em):

5.3.1.1 advertência, nos casos em que não mereça nenhuma das penalidades adiante elencadas;

5.3.1.2 multa de 10% sobre o valor global deste registro caso não assine o contrato no prazo de cinco dias úteis após ser, até o limite de 20% (vinte por cento), por dia de atraso injustificado na entrega; e

5.3.1.3 se o fornecedor ensejar o retardamento, falhar ou fraudar na execução deste instrumento, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas nesta ARP e das demais cominações legais;

5.3.1.4 os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendidos, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.4 A imposição de multa ou qualquer outra penalidade não impede que a Administração rescinda unilateralmente esta ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 Esta Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

6.2 A partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, o Fornecedor se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO

Esta Ata guarda conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 22/2017 e seus

anexos e demais documentos constantes do Processo que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DIPOSIÇÕES GERAIS

Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, do Decreto nº 2.271, de 1997, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com expressa renúncia aos demais.

E por estarem justos e combinados, assinam eletronicamente o presente, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE:

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____

ANEXO C

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO CFA Nº ____/2017

PROCESSO CFA Nº 476900.005313/2017-15

CONTRATADA

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número _____, estabelecida na _____, Bairro _____, CIDADE/UF, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu (sua) Cargo, nacionalidade, estado civil portadora da CI-RG nº _____, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, conforme _____ (procuração/contrato), que confere aos qualificados poderes para representá-la na assinatura do contrato, daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA. firmam o presente contrato de prestação de serviços, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 22/2017 e Ata de Registro de Preços nº xx, que se regerá pelas disposições legais insculpidas nas Lei nº 8.666/93, e respectivas alterações e regulamentações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado e precedente a Ata de Registro de Preços nº _____, e ao Pregão Eletrônico CFA nº 22/2017 que se faz parte integrante mesmo que não transcrito.

•

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - São obrigações da CONTRATADA:

1. Entregar os equipamentos em conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos, em prazo não superior ao máximo estipulado.
2. Substituir o(s) equipamento(s) que esteja(m) desconforme(s) com o estabelecido no Edital e seus Anexos, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.
3. Submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
4. Apresentar documento fiscal especificando todos os produtos fornecidos, com indicação de preços unitários e total.
5. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE.

6. Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Obrigações do Contratante - CFA :

1. acompanhar e fiscalizar a execução do serviço por um representante especialmente designado pelo CFA, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
2. transmitir ao preposto da Contratada toda e qualquer demanda;
3. efetuar o pagamento à Contratada, após o devido atesto da nota fiscal/fatura;
4. aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
5. comunicar à Contratada quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do(s) serviço(s);
6. rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que a Contratada executar fora das especificações fornecidas pelo CFA.
7. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA.
8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas nos produtos fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES, PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente realizados, constantes da Cláusula Primeira, o valor de **R\$ XXXXX**, conforme a tabela de valores a seguir:

Item	Descrição	Valor Unitário Máximo Admissível* (R\$)	Quantidade Total	Valor Total (R\$)
1	Mesa Digitalizadora		30	
2	Webcam		30	

Parágrafo Segundo - Os pagamentos à CONTRATADA serão feitos nos seguintes termos :

1. O pagamento fica condicionado à prévia certificação quanto à entrega do material contratado;

2. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual;
3. Encontrando-se a empresa contratada inadimplente na data da consulta, poderá ser concedido, a critério do CFA, prazo de até 15 (quinze) dias para que a empresa regularize a sua situação, sob pena de, não o fazendo, ter o contrato rescindido com aplicação das sanções cabíveis;
4. A CONTRATADA deverá apresentar em sua Nota Fiscal/Fatura exclusivamente o faturamento detalhado correspondente ao objeto deste contrato. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CFA;
5. O CFA reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação exigida;
6. O CFA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Edital.

Parágrafo Terceiro - A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso da CONTRATADA.

Parágrafo Quarto - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, no Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no Parágrafo Segundo será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1. advertência;
2. multa de mora de um décimo por cento calculada sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de prestação do objeto;
3. multa de 10% (dez) por cento sobre o valor deste CONTRATO, em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da CONTRATADA.
4. Será declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a União pelos prejuízos resultantes após decorrido o prazo da sanção aplicada.

Parágrafo Primeiro - Ficarão suspensa, tecnicamente, de participar em licitação, impedida de contratar com a União e descredenciada no SICAF, por prazo não superior a dois anos, se:

1. ensejar o retardamento da execução do objeto do CONTRATO;
2. não mantiver a proposta;

3. falhar ou fraudar na execução do CONTRATO;
4. comportar-se de modo inidôneo;
5. fizer declaração falsa; ou
6. cometer fraude fiscal.

Parágrafo Segundo - As multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.

Parágrafo Terceiro - Para efeito de aplicação de multa, o valor do CONTRATO será apurado deduzindo-se dele o valor das entregas aceitas.

Parágrafo Quarto - A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui a possibilidade da responsabilidade civil da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

Este CONTRATO poderá ser rescindido se ocorrer um dos casos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93 que, de alguma forma, comprometa ou torne duvidoso o cumprimento das obrigações assumidas.

Parágrafo Único - No caso de rescisão administrativa, a CONTRATANTE poderá executar a garantia de execução para ressarcimento dos valores de multa e indenização a ela devidos e reter os créditos decorrentes deste CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do orçamento próprio do CFA, pela verba consignada na dotação orçamentaria nº (A SER INDICADA PELO CFA).

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

8.1 Os equipamentos deverão ser entregues na sede do CFA, situado SAUS Quadra 1, Bloco "L" - Brasília/DF na Câmara de Desenvolvimento Institucional, no horário compreendido de 9 às 17 horas.

8.2. Caberá a CONTRATADA arcar com as despesas de embalagem e frete dos equipamentos a serem entregues ou substituídos, se for o caso.

8.2.1. As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da Nota Fiscal.

8.3. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Nota de Empenho.

8.4. O não cumprimento do prazo de entrega acarretará penalidades, não sendo aceitas justificativas ou atrasos de subfornecedores e falhas do produto ou suas partes nos ensaios, assim como outras razões que o fornecedor possa controlar, prevenir, contornar ou remediar.

8.4.1. Caso venha ocorrer atraso no prazo de entrega, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, enviar, juntamente com o documento de cobrança, justificativa pelo atraso. A justificativa será analisada pelo CFA que decidirá a aplicação ou não da

multa. O não envio da justificativa significará a concordância da CONTRATADA com a multa.

8.5. A multa por atraso na entrega do equipamento será representada por uma percentagem dos valores totais ou parciais do fornecimento e será calculada pela fórmula abaixo, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do fornecimento:

$I = 0,25 \times A$, onde:

I = Percentagem representativa da multa;

A = Atraso em dias corridos.

CLÁUSULA NONA DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

9.1 Os equipamentos serão recebidos das seguintes formas:

9.1.1 **Provisória**, mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

9.1.2 **Definitiva**, mediante recibo, em até cinco dias úteis após o recebimento provisório, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

9.2 O CFA, por meio do Coordenador da CEIRP, executará a inspeção dos equipamentos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de sua entrega.

9.3 Os equipamentos serão inspecionados no local de recebimento, quanto à parte visual e em relação à conformidade com as especificações solicitadas, e não havendo irregularidades, o CFA formalizará o aceite com o atesto da nota fiscal.

9.4 A existência de inspeção não isenta a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade dos equipamentos fornecidos.

9.5 Em caso de rejeição do(s) equipamento(s), o CFA informará a CONTRATADA os motivos da não aceitação, devolvendo a CONTRATADA proceder com a retirada do(s) BEM(NS) para correção, ficando a mesma ciente da obrigação de proceder com a substituição dos mesmos, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

9.6 Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do equipamento pelo prazo estabelecido na respectiva garantia pelo fabricante, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, devidamente designado.

Parágrafo Segundo - A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressão que se fizer no objeto deste CONTRATO até vinte e cinco

por cento do seu valor inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) dias úteis para a entrega, instalação total e configuração dos equipamentos, e de 36 (trinta e seis) meses para o fornecimento da garantia e suporte técnico, a contar da data de sua assinatura, excluído o dia do começo e incluindo o do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com expressa renúncia aos demais.

E por estarem justos e combinados, assinam eletronicamente o presente, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE:

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

[Incluir o texto de cada anexo ao Edital de Licitação]

Referência: Processo nº 476900.005313/2017-15

SEI nº 0076694



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

O Sistema CFA/CRAs tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país



Comissão Especial de Pregoeiros do CFA
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932

Telefone: (61) 3218-1813 e Fax: - www.cfa.org.br

Despacho nº 1298/2017/CFA

Brasília, 10 de agosto de 2017.

Para: Assessoria Jurídica

Providências: Nos termos do parágrafo único do Art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93, submetemos à apreciação dessa Assessoria Jurídica, MINUTA do Edital de que trata o Pregão Eletrônico CFA nº 22/2017, processo 476900.005313/2017-15, cujo objeto é Registro de Preços para aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Tec. Cont. Alberto Lopes de Barros
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Lopes de Barros, Pregoeiro**, em 10/08/2017, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0078670** e o código CRC **F5958F3F**.

Referência: Processo nº 476900.005313/2017-15

SEI nº 0078670



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

O Sistema CFA/CRAs tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país



Comissão Especial de Pregoeiros do CFA
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP
70070-932
Telefone: (61) 3218-1813 e Fax: - www.cfa.org.br

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 22/2017/CFA

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 476900.005313/2017-15

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

PREÂMBULO

Tipo de Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 22/2017

Exclusivo para ME e EPP

Entrega de propostas a partir de :16/08/2017

A partir da publicação no seguinte endereço

eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

Etapas de Lances: 30/08/2017

Abertura da seção pública:

- **Horário:** [09h] (horário oficial de Brasília)

- **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br

- **Código da UASG:** 389133

A Conselho Federal de Administração - CFA, representada pela Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 34 de 23 de março de 2017, torna público que realizará, na data, horário e local acima indicados, licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**" objetivando Registro de Preços para aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições constantes neste Edital e anexos, consoante o Processo em epígrafe.

Não havendo expediente na data marcada ou havendo fato superveniente

impeditivo à realização, a sessão pública será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário, salvo comunicação em contrário do pregoeiro.

1. DA SESSÃO PÚBLICA E VINCULAÇÃO

1.1. A sessão pública do certame será realizada na Internet, sendo integralmente conduzida pelo pregoeiro, assessorado por sua equipe de apoio, conforme Portaria nº 34, de 23 de março de 2017.

1.2. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nº 5450/2005 e 6.204/2007, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo observadas as seguintes datas e horários:

a) **Encaminhamento da proposta e anexos:** a partir da data de divulgação do Edital no site www.comprasnet.gov.br, até a data e horário da abertura da sessão pública.

b) Sessão pública na Internet para recebimento dos lances: aberta às 09 : 00 horas do dia 30/08/2017, no mesmo endereço www.comprasnet.gov.br

c) **Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília/DF.**

d) O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto desta licitação é Registro de Preços para aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência- Anexo A.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site www.comprasnet.gov.br e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo A), o licitante deverá obedecer a este último.

2.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO A - Termo de Referência;

ANEXO B – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO C - Minuta do Contrato.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão, as empresas que atenderem a todas às exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação SLTI, por meio do Site www.comprasnet.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.1. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital, que a empresa está enquadrada como ME/EPP

(quando assim o for), estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar, que sua proposta é absolutamente independente em relação aos demais licitantes.

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, exceto a licitante beneficiada com a Lei Complementar 123/06 que poderá apresentar a documentação de regularidade fiscal vencida no momento do Pregão e terá até **05 (cinco)** dias úteis, após a solicitação do(a) Pregoeiro(a), para comprovar a sua regularização.

3.2. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e que atendam às condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente ou por Pregoeiro Oficial ou Equipe de Apoio, à vista dos originais.

3.2.1. As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar deste pregão, deverão providenciar seu cadastramento pelo menos no nível básico de credenciamento.

3.3. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

3.3.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.3.2. Em dissolução ou em liquidação;

3.3.3. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.3.4. Estrangeiras que não funcionem no País;

3.3.5. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.3.6. Empresas que tenham condenações cíveis por ato de improbidade administrativa.

3.4. Como condição para participação no Pregão, deverá declarar:

3.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, nos casos de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.4.2. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

b) a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

c) que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;

d) que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta, ou ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou à não utilização de mão de obra de menores, sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Pregão Eletrônico tradicional para fornecedores”, disponibilizado no endereço www.comprasnet.gov.br;

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet, no site www.comprasnet.gov.br.

4.3. A licitante e seu representante legal deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor (SLTI), no prazo de 03 (três) dias úteis antes da data da realização do pregão.

4.4. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (§ 1º, Art. 3º do Decreto nº 5.450/05), no site www.comprasnet.gov.br.

4.5. O credenciamento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro obrigatório no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, com os seguintes níveis de credenciamento:

- I - Credenciamento;
- II - Habilitação Jurídica;
- III - Regularidade fiscal federal;
- IV - Regularidade fiscal estadual/municipal;
- V - Qualificação econômico-financeira.

4.5.1. Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação

4.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão eletrônico (§ 6º, Art. 3º do Decreto nº 5.450/05).

4.7. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade

exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, Art.3º do Decreto n.º 5.450/05).

4.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.10. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.11. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DO SISTEMA ELETRÔNICO E DA PROPOSTA

5.1. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da data de divulgação do Edital no site www.comprasnet.gov.br até a data e horário da abertura da sessão pública.

5.1.1. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.2. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, deverão informar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta, ou ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou à não-utilização de mão de obra de menores, sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos relativos a:

5.3.1. **Valor GLOBAL**– em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado.

5.3.1.1. **Na formação do preço que constará das propostas dos licitantes, o preço de cada uma das etapas previstas deve ficar iguais ou abaixo dos preços de referência da administração pública.**

5.3.1.2. No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

5.3.1.3. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL -, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta de preços apresentada.

5.3.2. A licitante deverá preencher o campo da Descrição Detalhada do Objeto, somente com as informações sobre o item, esclarecendo as especificações técnicas principais as condições do serviço, conforme o solicitado no Anexo A, sendo desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com esta determinação.:

5.3.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

5.3.2.2. Não serão aceitas descrições genéricas como: “conforme Edital”, “atendemos o Edital” dentre outras, sem especificar o serviço ofertado;

5.4. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

5.5. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. ABERTURA DA SESSÃO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2. No decorrer da sessão pública, caso o sistema seja desconectado para o Pregoeiro, mas permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor **TOTAL GLOBAL POR ITEM**.

8.1.2. A proposta deve incluir todos os custos inerentes às etapas do objeto. Deverão ser incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas, tributos, fretes,

inclusive contribuições fiscais e para fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste contrato.

8.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento de seu lance no sistema e do valor consignado no registro.

8.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos.

8.4. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.

8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.6. O intervalo entre os lances ofertados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos. Os lances enviados em desacordo serão descartados automaticamente pelo sistema.

8.7. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

8.9. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.11. Apurada a proposta final de menor preço, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

9.1.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

9.1.2. Os preços não poderão ultrapassar o valor global máximo do item, bem como não poderão ultrapassar os valores unitários máximos definidos no Termo de Referência.

9.2. Em seguida, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.3. A proposta final de preços deverá ser encaminhada no prazo máximo de 1 (uma) hora, após a solicitação do Pregoeiro e deverá conter: razão social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, dados bancários (banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento), nome do responsável pela assinatura da contrato e proposta com cargo e CPF, prazo de validade de no

mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da sessão deste Pregão, garantia, marca e modelo do produto ofertado e as especificações do objeto de forma clara, atualizada com lance final ofertado, considerando apenas duas casas decimais, juntamente com prospecto do produto. O envio deverá ser efetuado por meio do campo "Anexo da Proposta".

9.4. A declaração falsa relativa à elaboração independente de proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

9.5. Se a proposta de menor valor não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.5.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.6. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.7. Sendo aceitável a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá apresentar – original ou cópia autenticada - sua habilitação, na forma determinada neste Edital.

9.8. Será desclassificada a proposta final que:

9.8.1. Contenha vícios ou ilegalidades;

9.8.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico ou Termo de Referência;

9.8.3. Apresentar preços finais superiores ao valor máximo fixado ou não atendam os requisitos estabelecidos neste Edital;

9.8.4. Apresentar preços unitários superiores àqueles estimados no Termo de Referência.

9.9. Também será desclassificada a proposta final que:

9.9.1. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida;

9.9.2. Não vier a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e à produtividade apresentada.

9.9.3. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

9.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

b. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

c. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

- d.** Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e.** Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f.** Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g.** Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h.** Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i.** Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j.** Estudos setoriais;
- k.** Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- l.** Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e
- m.** Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

9.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.12. As licitantes convocadas que não apresentarem proposta de preço e/ou outros documentos solicitados de acordo com o Edital, no prazo determinado via chat, serão desclassificadas e consideradas desistentes, não sendo convocadas posteriormente para qualquer outro item que a empresa venha a se classificar, sem prejuízo aos itens já aceitos pelo pregoeiro(a).

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Aceita a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, sua condição de habilitação, anexando a documentação, em campo oportuno a ser aberto no comprasnet pelo Pregoeiro, e sendo aceito, deverá encaminhar os documentos pertinentes no prazo máximo de até 3 (três) dias a contar da solicitação no sistema eletrônico.

10.1.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

10.2. É assegurado ao Licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhar a documentação atualizada, juntamente com a documentação complementar.

10.3. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.4. Será considerada inabilitada a Licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

10.5. Tendo sido constatada alguma irregularidade na comprovação fiscal de microempresas ou empresa de pequeno porte, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de ter sido declarado vencedor e contando-se o prazo a partir da convocação pelo pregoeiro por meio do chat, no pregão, prorrogável por idêntico período, a critério da CFA, para a demonstração de regularidade, materializada com a apresentação da certidão negativa ou a certidão positiva com efeito de negativa.

10.6. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

10.7. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

10.8. A não-regularização da documentação, no prazo previsto de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por idêntico período a critério da CFA, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.9. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.10. O licitante que já estiver cadastrado ou habilitado parcialmente no SICAF, em situação regular, ficará dispensado de apresentar os documentos abrangidos pelo referido cadastro, conforme o caso.

10.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.13. Constatado o atendimento pleno às exigências de habilitação, fixadas no edital, será declarado o Licitante vencedor da licitação, iniciando-se a contagem do prazo para a intenção de recursos.

10.14. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

11. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

11.1. Para fins de habilitação ao certame, o licitante detentor do menor preço se obriga a satisfazer os requisitos relativos a:

a. Habilitação Jurídica;

b. Qualificação Econômico-Financeira;

c. Qualificação Técnica;

d. Regularidade Fiscal com a Fazenda Nacional, o Sistema de Seguridade Social e FGTS;

e. Regularidade Trabalhista;

f. Declaração de Cumprimento ao Disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

g . Os Licitantes são obrigados a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, em conformidade com o art. 32, §2º da Lei de Licitações;

h . Os Licitantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do inciso VII, do artigo 4º da Lei Nº. 10.520/02.

11.2. Relativos à Habilitação Jurídica

a . No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b . No caso de **sociedade empresária**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c . Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

d . No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e . Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

11.3. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e quanto à Dívida Ativa da União, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;

4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal ou Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5. Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

11.4. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

11.4.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão;

11.5. Relativo à Qualificação Técnica

11.5.1. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação das seguintes documentações, conforme o art. 30 da Lei nº 8.666/93:

a. **Atestado de Capacidade Técnica** - A empresa deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado/certidão/declaração de capacidade técnica, em nome da Licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o Licitante prestado serviços, de forma satisfatória, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação;

11.5.2. Caso a empresa vencedora não tenha cadastrado conforme determina o item 3.4.2 como "SIM", o mesmo Deverá ser encaminhada na forma eletrônica, no mesmo momento do envio da proposta de preços, possibilitando desta forma, a consulta pelo Pregoeiro na fase de habilitação os seguintes documentos:

- a. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- b. Declaração de enquadramento como EPP ou ME conforme disposto na LC nº. 123/06;
- c. Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes;
- d. Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- e. Declaração de que tomou conhecimento e concorda com as condições estabelecidas no edital;
- f. Declaração de que atende os requisitos de habilitação.

11.6. Os documentos exigidos deverão ser entregues aos cuidados do Pregoeiro, endereçados a SAUS Quadra 01 Bloco "L" Edifício CFA – Edifício CFA – Asa Sul – Brasília – DF – CEP 70.070-932.

11.7. Os documentos exigidos podem ser apresentados no original, ou por cópia autenticada por cartório, ou ainda, com a apresentação da publicação em órgão da imprensa oficial, com cópia para conferência e autenticação do Pregoeiro. Tais documentos deverão ser entregue em envelope fechado contendo, externamente, os seguintes dizeres:

“CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 22/2017 - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS

EMPRESA: _____”

11.8. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

11.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno

11.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no

Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.12. É dispensada a apresentação de documentos de habilitação que contemplem o rol de documentos constantes do SICAF, desde que os mesmos estejam válidos. Caso esteja vencido os mesmos deverão atender às exigências contida no item 11.6.

12. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

12.1. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com a identificação do respectivo CPF e Carteira de Identidade.

12.2. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e com o número do CNPJ e endereço respectivo. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

12.3. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, por tradutor público juramentado.

12.4. No caso de apresentação apenas dos documentos de forma original, os mesmos não serão devolvidos à empresa, passando a integrar a documentação do processo.

12.5. Os documentos que forem emitidos pela Internet estarão sujeitos a posterior conferência na página eletrônica do órgão emissor, para certificação de sua autenticidade.

12.6. Os documentos apresentados deverão estar válidos na data de recebimento dos envelopes, exceto as certidões relativas à qualificação econômico-financeira, que não têm validade expressa. Nos demais, a validade corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos.

12.7. Quando o órgão emitente for omissos em relação ao prazo de validade dos mesmos, considerar-se-á o prazo de validade de 90 (noventa) dias.

12.8. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **03 (três) dias**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

13.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a CONTRATADA.

14. DOS RECURSOS

14.1. Declarado o vencedor do presente **PREGÃO ELETRÔNICO SRP**, qualquer licitante poderá durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, no prazo mínimo de 30 (trinta) minutos a contar da abertura da fase recursal, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso.

14.2. As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo máximo de até 03 (três) dias para fazê-lo, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3. Os recursos serão recebidos, examinados e decididos pelo Pregoeiro, encaminhados à autoridade competente (Ordenador de Despesas) quando mantiver sua decisão.

14.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto a intenção de recorrer nos termos do subitem 14.1, importará na decadência desse direito ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao Licitante declarado vencedor;

14.5. Os recursos interpostos contra decisão do Pregoeiro que habilitar e inabilitar a licitante ou que julgar as propostas terão efeito suspensivo;

14.5.1. Não terá efeito suspensivo o recurso interposto da decisão do pregoeiro que não conhecer de recurso manifestamente incabível.

14.6. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

14.7. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente (Ordenador de Despesas) adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório;

14.8. Dar-se-á conhecimento aos interessados da decisão dos recursos por intermédio de comunicação por e-mail, fac-símile, ofício ou por outra maneira formal, pela imprensa oficial, quando assim dispuser a legislação;

14.9. Não serão conhecidos os recursos interpostos sem manifestação prévia no ato da sessão pública e fora dos respectivos prazos legais; e

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Licitações e Contratos da CFA.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DO CONTRATO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

16.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas será firmado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS "ARP", conforme minuta constante no ANEXO B do edital, a qual será adaptada à proposta do licitante vencedor.

16.2. A CFA convocará a adjudicatária para assinar a "ARP", a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

16.3. O prazo acima estabelecido para assinatura da "ARP" poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CFA.

16.4. É facultado ao CFA, quando a convocada não assinar a "ARP" no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes. O pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, em conformidade com este Edital, ou revogar a Licitação independente da cominação prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

16.5. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato de assinatura a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS "ARP", será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.6. O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por ato unilateral escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, amigavelmente, por mútuo acordo das partes, e ainda judicialmente na forma do art. 79, observados os motivos determinantes previstos no art. 78, da Lei nº 8.666/93.

16.7. O reajuste será realizado na forma prevista no Contrato.

16.8. A consulta ao SICAF, para verificar a regularidade da pretendida CONTRATADA, será feita "on line", por servidor devidamente credenciado, que deverá imprimir esses documentos e anexá-los aos autos do processo de contratação.

16.9. O prazo de vigência a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS "ARP" será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura .

17. DO REAJUSTE

As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Instrumento de Contrato, anexo a este Edital.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CFA E DA CONTRATADA

As obrigações da CFA e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

19. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

A aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.

20. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Os critérios de fiscalização do contrato estão estabelecidos no Contrato , anexo B deste Edital.

21. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado na medida em que os equipamentos forem entregues, na forma prevista no Termo de Referência, Anexo A deste Edital, após o atesto do Gestor/fiscal na Nota Fiscal.

22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa referente ao objeto deste Pregão correrá, neste exercício, à conta de elemento de despesa nº : 6.2.2.1.1.02.01.03.003. constante da dotação orçamentária da CONTRATANTE.

23. DO VALOR ESTIMADO

23.1. Nos termos do disposto no inciso X do art. 40 combinado com o inciso II

do art. 48, ambos da Lei nº. 8.666/1993, o Conselho Federal de Administração, com base pesquisa de mercado realizada durante a fase interna do procedimento licitatório, fixa neste ato como critério de aceitabilidade da proposta de preço a ser apresentada pelos licitantes, o valor máximo por Item expresso em real, ficando o licitante ciente de que, a proposta de preços apresentada com valor superior ao limite estabelecido, acarretará a desclassificação da proposta em relação ao objeto, sujeitando-se a todos os efeitos decorrentes da legislação pertinente.

23.2. O valor global estimado para gastos será de R\$ 37.898,40 (trinta e sete mil oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

24. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

24.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Apresentar documentação falsa;

24.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

24.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

24.1.6. Cometer fraude fiscal;

24.1.7. Fizer declaração falsa;

24.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

24.2. A Licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.2.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

24.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Federal e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

24.2.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.3. Caso a CFA determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

25. DO ADIAMENTO, DA REVOGAÇÃO OU DA ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou

por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiada ou ter prorrogado o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

26. DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei nº. 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, na forma eletrônica, ou mediante o encaminhamento de petição por escrito ao Pregoeiro.

27.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

27.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

27.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet.

27.2.1. O pedido de esclarecimentos será respondido em até 24 (vinte e quatro) horas.

27.2.2. Quaisquer esclarecimentos de dúvidas visando ao perfeito entendimento deste Edital deverão ser encaminhados para os endereços eletrônicos licitacao@cfa.org.br ou protocolo@cfa.org.br.

27.3. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

27.5. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

27.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.7. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar

tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

27.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.12. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

27.13. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço SAUS Quadra 01 Bloco L Edif. CFA, Brasília/DF, CEP: 70.070-932, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 11h30 horas e das 13h30 às 17h30 horas.

27.13.1. O Edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br no site www.cfa.org.br.

27.14. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço SAUS Quadra 01 Bloco L Edif. CFA, Brasília/DF, CEP: 70.070-932, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 11h30 horas e das 13h30 às 17h30 horas.

27.15. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

27.16. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

27.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Tec. Cont. Alberto Lopes de Barros
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Lopes de Barros, Pregoeiro**, em 10/08/2017, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília.





ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO

ANEXO A

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 51/2017/CFA

PROCESSO Nº 476900.005313/2017-15

1. OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Devido a implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização no CFA e nos CRAs participantes do projeto, se faz necessária a aquisição de equipamentos eletrônicos de identificação para uso nas sedes e, eventualmente, para a integração de unidades móveis, visando proporcionar um melhor atendimento, com mais agilidade, modernidade e comodidade aos registrados.

3. DOS EQUIPAMENTOS E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	REF.	QUANTIDADE
01	Mesa digitalizadora	unidade	30
02	Webcam	unidade	30

4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. Os equipamentos a serem fornecidos pelo FORNECEDOR para o ITEM 1, deverão possuir as seguintes características mínimas:

Physical Size - W x D x H: 6,1" x 5,0" x 0,7" (156,0 mm x 127,4 mm x 16,9 mm);

Área ativa: 3,9" x 1,0" (diagonal de 4,0", 98,99 mm x 24,99 mm);

Alimentação e Data Interface: USB de alta velocidade;

Development Environments: C++, .Net e Java SDK/API disponíveis para desenvolvedores;

Input Resolution: 2.540 lpi (não interpolada);

Níveis de Pressão: 512 (não interpolada);

Reading Method: EMR (Ressonância eletromagnética);

Surface: Tratamento antirreflexo e vidro temperado;

Peso: 0,20 Kg.

4.1.1. Fica definido como exemplo de equipamento que atende às características citadas no item 4.1 o modelo STU-300 LCD da Wacom, podendo ser adotados outros modelos similares ou superiores.

4.1.2. Na hipótese de o modelo indicado no item 4.1.1. estar descontinuado por seu fabricante, somente serão aceitos modelos similares ou superiores, desde que estejam disponíveis nos portfólios de seus fabricantes, na data de realização do pregão objeto deste Termo de Referência.

4.2. Os equipamentos a serem fornecidos pelo FORNECEDOR para o ITEM 2, deverão possuir as seguintes características mínimas:

HW H.264 de codificação para mais rápidas, mais suaves experiências HD;

Lentes Carl Zeiss com prêmio AutoFocus 20-passo;

Full HD 1080p de vídeo chamando no Skype;

Full HD 1080p gravações e rápido upload para o Facebook, Tweeter e YouTube;

Microfone de alta qualidade dupla para áudio estéreo;

Base do tripé pronto.

4.2.1. Fica definido como exemplo de equipamento que atende às características citadas no item 4.2 o modelo C920 Full HD PRO 1080p da Logitech, podendo ser adotados outros modelos similares ou superiores.

4.2.2. Na hipótese de o modelo indicado no item 4.2.1. estar descontinuado por seu fabricante, somente serão aceitos modelos similares ou superiores, desde que estejam disponíveis nos portfólios de seus fabricantes, na data de realização do pregão objeto deste Termo de Referência.

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E QUANTIDADES

Item	Descrição	Valor Unitário Máximo Admissível* (R\$)	Quantidade Total	Valor Total (R\$)
2	Mesa Digitalizadora	R\$ 900,67	30	R\$ 27.020,10
3	Webcam	R\$ 362,61	30	R\$ 10.878,30

(*) Preço Unitário Máximo conforme inciso III do art. 9º do Dec. N.º 3.931/2001

6. DOS PRAZOS E DA ENTREGA

6.1. A empresa vencedora deverá entregar todos os equipamentos na Sede do CFA, localizada na SAUS quadra 1 bloco 1 – Brasília (DF), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a partir da emissão da Nota de Empenho;

6.2. As entregas observarão o seguinte procedimento:

6.2.1. Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, mediante recibo, para verificação do atendimento às especificações requeridas neste Termo de Referência;

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1. Os equipamentos devem estar em conformidade com o estabelecido pelo INMETRO, no Edital e seus anexos, a fim de garantir a sua qualidade.

7.2. Os equipamentos ofertados deverão ser originais, novos e de primeiro uso, devendo, ainda, estar acondicionados em embalagens originais, devidamente lacradas, que garantam sua integridade, desde o transporte até seu uso, rotuladas conforme a legislação em vigor, trazendo externamente dados de identificação, marca, modelo, procedência, número do lote e data de fabricação.

7.3. Os produtos ofertados deverão ter garantia contra defeitos de fabricação e atender aos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

7.3.1. O Fabricante/fornecedor deverá garantir que os equipamentos fornecidos estão isentos de defeitos de materiais, fabricação e/ou mão de obra, através de CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE.

7.3.2. A garantia contra defeitos de fabricação dos equipamentos será POR PERÍODO ESTABELECIDO NA DESCRIÇÃO DE CADA PRODUTO, contados a partir do seu recebimento definitivo.

7.4. Antes da adjudicação, o Pregoeiro se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) equipamento(s) ofertado(s), a fim de garantir a sua qualidade.

7.4.1. O prazo para apresentação da(s) amostra(s), quando solicitada, será de 03 (três) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo Pregoeiro durante a sessão pública do Pregão Eletrônico.

7.5. O CFA executará a referida inspeção, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de entrega dos equipamentos.

7.5.1. Os equipamentos serão inspecionados no local de recebimento, quanto à parte visual e em relação a conformidade com as especificações solicitadas, e não havendo irregularidades, o CFA emitirá a Nota de Empenho formalizando o aceite.

7.5.2. A existência de inspeção não isenta o FORNECEDOR da responsabilidade pela qualidade dos equipamentos fornecidos.

7.6. Em caso de rejeição do(s) equipamento(s), o CFA informará ao FORNECEDOR os motivos da não aceitação, devolvendo o(s) BEM(NS) para correção, ficando o FORNECEDOR ciente da obrigação de proceder com a substituição dos mesmos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.7. Caberá ao FORNECEDOR arcar com as despesas de embalagem e frete dos equipamentos a serem entregues ou a serem substituídos.

7.7.1. As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da Nota Fiscal.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento integral dos equipamentos solicitados e entregues será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contado da apresentação da Nota Fiscal, desde que não hajam pendências a serem sanadas pela contratada e o referido documento fiscal seja devidamente atestado pelo fiscal do contrato, efetuando-se a retenção de tributos e contribuições, conforme determina a Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, emitida pela Receita Federal do Brasil e demais diplomas legais aplicáveis.

9. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. Entregar os equipamentos em conformidade com o estabelecido no Edital e seus anexos.

9.2. Substituir o(s) equipamento(s) que esteja(m) desconforme(s) com o estabelecido no Edital e no Termo de Referência, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.3. Submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.

9.4. Apresentar documento fiscal especificando todos os produtos fornecidos, com indicação de preços unitários e total.

9.5. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE.

9.6. Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

10. OBRIGAÇÕES DO CFA

10.1. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pelo FORNECEDOR.

10.2. Notificar, por escrito, o FORNECEDOR quaisquer irregularidades encontradas nos produtos fornecidos.

10.3. Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após o aceite dos equipamentos fornecidos.

10.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1. O prazo de vigência da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR GLOBAL ESTIMADO

12.1. A rubrica orçamentária que suportará os custos decorrentes do objeto serão arcados por verba estabelecida no Art. 48 da na Resolução Normativa CFA nº 497, de 15/03/2017:

"Art. 48. Fica resguardada, no exercício de 2017, a destinação de até R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) do Fundo de

Recursos Financeiros do PRODER, para subsidiar o desenvolvimento de Sistemas Gerenciais informatizados e totalmente web para o CFA e para os Conselhos Regionais de Administração (CRAs), com plena integração online entre eles."

12.2. O valor total global estimado para a prestação dos serviços de que trata este Pregão é de R\$ 37.898,40 (trinta e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), sendo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total Estimado
01	MESA DIGITALIZADORA	Unidade	30 (trinta)	R\$ 27.020,10
02	WEBCAM	Unidade	30 (trinta)	R\$ 10.878,30

13. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada acompanhada e fiscalizada pelo Coordenadoria de Tecnologia da Informação do CFA, através de preposto designado.

Weuller Marcos da Silva Santos
Analista de Sistemas



Documento assinado eletronicamente por **Weuller Marcos da Silva Santos**, **Analista de Sistemas**, em 25/07/2017, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0073291** e o código CRC **1CA3469D**.

ANEXO B

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA

PROCESSO CFA Nº 476900.005313/2017-15

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 22/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS xx/2017

CONTRATANTE

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CFA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 34.061.135/0001-89, instalado na SAUS Quadra 01 Bloco L Edif. CFA, em Brasília - DF, neste ato representado por seu Presidente Adm. Wagner H. Siqueira, Brasileiro, Casado, CRA-RJ 01-02903, CPF nº 032.298.747-49, daqui por diante designado simplesmente CFA.

CONTRATADA

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número _____, estabelecida na _____, Bairro _____, CIDADE/UF, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu (sua) Cargo, nacionalidade, estado civil portadora da CI-RG nº _____, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, conforme _____(procuração/contrato), que confere aos qualificados poderes para representá-la na assinatura do contrato, daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA.

Em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 17/2017 para Registro de Preços e homologação constante do Processo nº 476900.003090/2017-43, e proposta de preço datada de, **RESOLVEM** registrar os preços, que se regerá pelas disposições legais insculpidas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e Decreto 7892/2013, e respectivas alterações e regulamentações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO, PREÇOS E QUANTITATIVOS

1.1 Os Preços para aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo,

especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, por 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidade definidas no edital do Pregão Eletrônico nº 22/2017 e seus anexos:

1.2 Valores registrados:

Item	Descrição	Valor Unitário Máximo Admissível* (R\$)	Quantidade Total	Valor Total (R\$)
1	Mesa Digitalizadora		30	
2	Webcam		30	

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CADASTRO DE RESERVA

2.1 Formam o cadastro de reserva os licitantes que aceitarem cotar os serviços pelos mesmos preços do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, para o caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

2.2 A ordem de classificação dos licitantes registrados nesta ata deverá ser respeitada nas contratações.

2.3 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do Art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

3.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.2.2 A ordem da classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.3.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade ser confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

3.3.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação; e

3.3.3 não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.4 O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.4.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.4.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.4.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.4.4 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do Art. 87 da Lei 8.666/93, ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/02.

3.4.5 o cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos 3.4.1 a 3.4.4 será formalizado por despacho o órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.5 O cancelamentos do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

3.5.1 por razão de interesse público; ou

3.5.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ADESÕES

4.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência e nos termos do Decreto 7.892/13.

4.1.1 As aquisições ou contratações adicionais por adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador;

4.2.2 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

4.2.3 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

5.1.1 não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

5.1.2 não retirar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de

vigência da referida Ata;

5.1.3 apresentar documentação falsa;

5.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

5.1.5 retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

5.1.6 não manter a proposta; e

5.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

5.2 O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitarão o Fornecedor às sanções da Lei nº. 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

5.3 Estará o Fornecedor sujeito às seguintes penalidades, de aplicação independente e cumulativa, sem prejuízo de outras estabelecidas na Lei nº. 8.666/93, com suas alterações posteriores:

5.3.1 Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa e o contraditório, fique a CONTRATADA sujeita às sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu (s) ato (s) ensejar (em):

5.3.1.1 advertência, nos casos em que não mereça nenhuma das penalidades adiante elencadas;

5.3.1.2 multa de 10% sobre o valor global deste registro caso não assine o contrato no prazo de cinco dias úteis após ser, até o limite de 20% (vinte por cento), por dia de atraso injustificado na entrega; e

5.3.1.3 se o fornecedor ensejar o retardamento, falhar ou fraudar na execução deste instrumento, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas nesta ARP e das demais cominações legais;

5.3.1.4 os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendidos, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.4 A imposição de multa ou qualquer outra penalidade não impede que a Administração rescinda unilateralmente esta ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 Esta Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

6.2 A partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, o Fornecedor se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO

Esta Ata guarda conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 22/2017 e

seus anexos e demais documentos constantes do Processo que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DIPOSIÇÕES GERAIS

Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, do Decreto nº 2.271, de 1997, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com expressa renúncia aos demais.

E por estarem justos e combinados, assinam eletronicamente o presente, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE:

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____

ANEXO C

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO CFA Nº ____/2017

PROCESSO CFA Nº 476900.005313/2017-15

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA

CONTRATADA

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número _____, estabelecida na _____, Bairro _____, CIDADE/UF, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu (sua) Cargo, nacionalidade, estado civil portadora da CI-RG nº _____, inscrita no CPF/MF sob o nº _____, conforme _____(procuração/contrato), que confere aos qualificados poderes para representá-la na assinatura do contrato, daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA. firmam o presente contrato de prestação de serviços, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 22/2017 e Ata de Registro de Preços nº xx, que se regerá pelas disposições legais insculpidas nas Lei nº 8.666/93, e respectivas alterações e regulamentações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto o aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado e precedente a Ata de Registro de Preços nº _____, e ao Pregão Eletrônico CFA nº 22/2017 que se faz parte integrante mesmo que não transcrito.

•

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - São obrigações da CONTRATADA:

1. Entregar os equipamentos em conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos, em prazo não superior ao máximo estipulado.
2. Substituir o(s) equipamento(s) que esteja(m) desconforme(s) com o estabelecido no Edital e seus Anexos, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.
3. Submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
4. Apresentar documento fiscal especificando todos os produtos fornecidos,

com indicação de preços unitários e total.

5. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE.
6. Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Obrigações do Contratante - CFA :

1. acompanhar e fiscalizar a execução do serviço por um representante especialmente designado pelo CFA, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
2. transmitir ao preposto da Contratada toda e qualquer demanda;
3. efetuar o pagamento à Contratada, após o devido atesto da nota fiscal/fatura;
4. aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
5. comunicar à Contratada quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do(s) serviço(s);
6. rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que a Contratada executar fora das especificações fornecidas pelo CFA.
7. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA.
8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas nos produtos fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES, PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente realizados, constantes da Cláusula Primeira, o valor de **R\$ XXXXX**, conforme a tabela de valores a seguir:

Item	Descrição	Valor Unitário Máximo Admissível* (R\$)	Quantidade Total	Valor Total (R\$)
1	Mesa Digitalizadora		30	
2	Webcam		30	

Parágrafo Segundo - Os pagamentos à CONTRATADA serão feitos nos seguintes termos :

1. O pagamento fica condicionado à prévia certificação quanto à entrega do material contratado;
2. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual;
3. Encontrando-se a empresa contratada inadimplente na data da consulta, poderá ser concedido, a critério do CFA, prazo de até 15 (quinze) dias para que a empresa regularize a sua situação, sob pena de, não o fazendo, ter o contrato rescindido com aplicação das sanções cabíveis;
4. A CONTRATADA deverá apresentar em sua Nota Fiscal/Fatura exclusivamente o faturamento detalhado correspondente ao objeto deste contrato. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CFA;
5. O CFA reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação exigida;
6. O CFA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Edital.

Parágrafo Terceiro - A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso da CONTRATADA.

Parágrafo Quarto - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, no Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no Parágrafo Segundo será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1. advertência;
2. multa de mora de um décimo por cento calculada sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de prestação do objeto;
3. multa de 10% (dez) por cento sobre o valor deste CONTRATO, em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da CONTRATADA.

4. Será declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a União pelos prejuízos resultantes após decorrido o prazo da sanção aplicada.

Parágrafo Primeiro - Ficará suspensa, tecnicamente, de participar em licitação, impedida de contratar com a União e descredenciada no SICAF, por prazo não superior a dois anos, se:

1. ensejar o retardamento da execução do objeto do CONTRATO;
2. não mantiver a proposta;
3. falhar ou fraudar na execução do CONTRATO;
4. comportar-se de modo inidôneo;
5. fizer declaração falsa; ou
6. cometer fraude fiscal.

Parágrafo Segundo - As multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.

Parágrafo Terceiro - Para efeito de aplicação de multa, o valor do CONTRATO será apurado deduzindo-se dele o valor das entregas aceitas.

Parágrafo Quarto - A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui a possibilidade da responsabilidade civil da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

Este CONTRATO poderá ser rescindido se ocorrer um dos casos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93 que, de alguma forma, comprometa ou torne duvidoso o cumprimento das obrigações assumidas.

Parágrafo Único - No caso de rescisão administrativa, a CONTRATANTE poderá executar a garantia de execução para ressarcimento dos valores de multa e indenização a ela devidos e reter os créditos decorrentes deste CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do orçamento próprio do CFA, pela verba consignada na dotação orçamentaria nº (A SER INDICADA PELO CFA).

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

8.1 Os equipamentos deverão ser entregues na sede do CFA, situado SAUS Quadra 1, Bloco "L" - Brasília/DF na Câmara de Desenvolvimento Institucional, no horário compreendido de 9 às 17 horas.

8.2. Caberá a CONTRATADA arcar com as despesas de embalagem e frete dos equipamentos a serem entregues ou substituídos, se for o caso.

8.2.1. As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da Nota Fiscal.

8.3. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Nota de Empenho.

8.4. O não cumprimento do prazo de entrega acarretará penalidades, não sendo aceitas justificativas ou atrasos de subfornecedores e falhas do produto ou suas partes nos ensaios, assim como outras razões que o fornecedor possa controlar, prevenir, contornar ou remediar.

8.4.1. Caso venha ocorrer atraso no prazo de entrega, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, enviar, juntamente com o documento de cobrança, justificativa pelo atraso. A justificativa será analisada pelo CFA que decidirá a aplicação ou não da multa. O não envio da justificativa significará a concordância da CONTRATADA com a multa.

8.5. A multa por atraso na entrega do equipamento será representada por uma percentagem dos valores totais ou parciais do fornecimento e será calculada pela fórmula abaixo, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do fornecimento:

$I = 0,25 \times A$, onde:

I = Percentagem representativa da multa;

A = Atraso em dias corridos.

CLÁUSULA NONA DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

9.1 Os equipamentos serão recebidos das seguintes formas:

9.1.1 **Provisória**, mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

9.1.2 **Definitiva**, mediante recibo, em até cinco dias úteis após o recebimento provisório, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

9.2 O CFA, por meio do Coordenador da CEIRP, executará a inspeção dos equipamentos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de sua entrega.

9.3 Os equipamentos serão inspecionados no local de recebimento, quanto à parte visual e em relação à conformidade com as especificações solicitadas, e não havendo irregularidades, o CFA formalizará o aceite com o atesto da nota fiscal.

9.4 A existência de inspeção não isenta a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade dos equipamentos fornecidos.

9.5 Em caso de rejeição do(s) equipamento(s), o CFA informará a CONTRATADA os motivos da não aceitação, devolvendo a CONTRATADA proceder com a retirada do(s) BEM(NS) para correção, ficando a mesma ciente da obrigação de proceder com a substituição dos mesmos, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

9.6 Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do equipamento pelo prazo estabelecido na respectiva garantia pelo fabricante, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, devidamente designado.

Parágrafo Segundo - A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressão que se fizer no objeto deste CONTRATO até vinte e cinco por cento do seu valor inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) dias úteis para a entrega, instalação total e configuração dos equipamentos, e de 36 (trinta e seis) meses para o fornecimento da garantia e suporte técnico, a contar da data de sua assinatura, excluído o dia do começo e incluindo o do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com expressa renúncia aos demais.

E por estarem justos e combinados, assinam eletronicamente o presente, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE:

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

[Incluir o texto de cada anexo ao Edital de Licitação]

Referência: Processo nº 476900.005313/2017-15

SEI nº 0076694



Conselho Federal de Administração

O Sistema CFA/CRA's tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Seção de Contratos

Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L - Edifício CFA, , Brasília/DF, CEP 70070-932

Telefone: (61) 3218-1800 e Fax: - www.cfa.org.br

CONTRATO Nº 34/2017/CFA

PROCESSO Nº 476900.005313/2017-15

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL
DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA
RUY CARVALHO JUNIOR - EPP

CONTRATANTE

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CFA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 34.061.135/0001-89, instalado na SAUS Quadra 01 Bloco L Edf. CFA, em Brasília - DF, neste ato representado por seu Presidente Adm. Wagner H. Siqueira, Brasileiro, Casado, CRA-RJ 01-02903, CPF nº 032.298.747-49, daqui por diante designado simplesmente CFA.

CONTRATADA

RUY CARVALHO JUNIOR - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 67.682.716/0001-97, estabelecida na Avenida Presidente Trancredo de Almeida Neves, 476 - Conj. 31A, Cohab V, Carapicuíba/SP, que apresentou os documentos exigidos por lei, Proprietário Sr. Ruy Carvalho Junior, Brasileiro, Separado Judicialmente, portadora da CI-RG nº 12.916.225-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 038.563.249-79, conforme contrato, que confere aos qualificados poderes para representá-la na assinatura do contrato, daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA. firmam o presente contrato de prestação de serviços, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 22/2017 e Ata de Registro de Preços nº 03/2017, que se regerá pelas disposições legais insculpidas nas Lei nº 8.666/93, e respectivas alterações e regulamentações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado e precedente a Ata de Registro de Preços nº 03/2017, e ao Pregão Eletrônico CFA nº 22/2017 que se faz parte integrante mesmo que não transcrito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - São obrigações da CONTRATADA:

1. Entregar os equipamentos em conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos, em prazo não superior ao máximo estipulado.
2. Substituir o(s) equipamento(s) que esteja(m) desconforme(s) com o estabelecido no Edital e seus Anexos, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

3. Submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
4. Apresentar documento fiscal especificando todos os produtos fornecidos, com indicação de preços unitários e total.
5. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE.
6. Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Obrigações do Contratante - CFA :

1. acompanhar e fiscalizar a execução do serviço por um representante especialmente designado pelo CFA, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
2. transmitir ao preposto da Contratada toda e qualquer demanda;
3. efetuar o pagamento à Contratada, após o devido atesto da nota fiscal/fatura;
4. aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
5. comunicar à Contratada quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do(s) serviço(s);
6. rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que a Contratada executar fora das especificações fornecidas pelo CFA.
7. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA.
8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas nos produtos fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES, PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente realizados, constantes da Cláusula Primeira, o valor de **R\$ 6.999,90 (seis mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos)**, conforme a tabela de valores a seguir:

Item	Descrição	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total (R\$)
1	<p>Mesa Digitalizadora</p> <p>Physucak Size - WxDxH: 6,1 x 5,0 x 0,7 (156,0 mm x 127,4 mm x 16,9 mm); Área ativa: 3,9 x 1,0 (diagonal de 4,0', 98,99 mm x 24,99 mm); Alimentação e Data Interface: USB de alta velocidade; Development Environments: C++, .Net e Java SDK/API disponíveis para desenvolvedores; Input Resolution: 2.540 Ipi (não interpolada); Níveis de Pressão: 512 (não interpolada); Reading Method: EMR (Ressonância eletromagnética); Surface: Tratamento antirreflexo e vidro temperado; Peso: 0,20 Kg.</p> <p>Fabricante: Wacom</p> <p>Modelo: STU-300 LCD</p>	699,99	10	6.999,90

Parágrafo Segundo - Os pagamentos à CONTRATADA serão feitos nos seguintes termos :

1. O pagamento fica condicionado à prévia certificação quanto à entrega do material contratado;
2. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual;
3. Encontrando-se a empresa contratada inadimplente na data da consulta, poderá ser concedido, a critério do CFA, prazo de até 15 (quinze) dias para que a empresa regularize a sua situação, sob pena de, não o fazendo, ter o contrato rescindido com aplicação das sanções cabíveis;
4. A CONTRATADA deverá apresentar em sua Nota Fiscal/Fatura exclusivamente o faturamento detalhado correspondente ao objeto deste contrato. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CFA;
5. O CFA reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação exigida;
6. O CFA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Edital.

Parágrafo Terceiro - A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso da CONTRATADA.

Parágrafo Quarto - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, no Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no Parágrafo Segundo será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1. advertência;
2. multa de mora de um décimo por cento calculada sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de prestação do objeto;
3. multa de 10% (dez) por cento sobre o valor deste CONTRATO, em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da CONTRATADA.
4. Será declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a União pelos prejuízos resultantes após decorrido o prazo da sanção aplicada.

Parágrafo Primeiro - Ficará suspensa, tecnicamente, de participar em licitação, impedida de contratar com a União e descredenciada no SICAF, por prazo não superior a dois anos, se:

1. ensejar o retardamento da execução do objeto do CONTRATO;
2. não mantiver a proposta;
3. falhar ou fraudar na execução do CONTRATO;
4. comportar-se de modo inidôneo;
5. fizer declaração falsa; ou
6. cometer fraude fiscal.

Parágrafo Segundo - As multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.

Parágrafo Terceiro - Para efeito de aplicação de multa, o valor do CONTRATO será apurado deduzindo-se dele o valor das entregas aceitas.

Parágrafo Quarto - A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui a possibilidade da responsabilidade civil da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

Este CONTRATO poderá ser rescindido se ocorrer um dos casos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93 que, de alguma forma, comprometa ou torne duvidoso o cumprimento das obrigações assumidas.

Parágrafo Único - No caso de rescisão administrativa, a CONTRATANTE poderá executar a garantia de execução para ressarcimento dos valores de multa e indenização a ela devidos e reter os créditos decorrentes deste CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do orçamento próprio do CFA, pela verba consignada na dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.01.04.04.057.014.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

8.1 Os equipamentos deverão ser entregues na sede do CFA, situado SAUS Quadra 1, Bloco "L" - Brasília/DF na Câmara de Desenvolvimento Institucional, no horário compreendido de 9 às 17 horas.

8.2. Caberá a CONTRATADA arcar com as despesas de embalagem e frete dos equipamentos a serem entregues ou substituídos, se for o caso.

8.2.1. As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da Nota Fiscal.

8.3. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Nota de Empenho.

8.4. O não cumprimento do prazo de entrega acarretará penalidades, não sendo aceitas justificativas ou atrasos de subfornecedores e falhas do produto ou suas partes nos ensaios, assim como outras razões que o fornecedor possa controlar, prevenir, contornar ou remediar.

8.4.1. Caso venha ocorrer atraso no prazo de entrega, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, enviar, juntamente com o documento de cobrança, justificativa pelo atraso. A justificativa será analisada pelo CFA que decidirá a aplicação ou não da multa. O não envio da justificativa significará a concordância da CONTRATADA com a multa.

8.5. A multa por atraso na entrega do equipamento será representada por uma percentagem dos valores totais ou parciais do fornecimento e será calculada pela fórmula abaixo, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do fornecimento:

$I = 0,25 \times A$, onde:

I = Percentagem representativa da multa;

A = Atraso em dias corridos.

CLÁUSULA NONA DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

9.1 Os equipamentos serão recebidos das seguintes formas:

9.1.1 **Provisória**, mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

9.1.2 **Definitiva**, mediante recibo, em até cinco dias úteis após o recebimento provisório, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

9.2 O CFA, por meio do Coordenador da CEIRP, executará a inspeção dos equipamentos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de sua entrega.

9.3 Os equipamentos serão inspecionados no local de recebimento, quanto à parte visual e em relação à conformidade com as especificações solicitadas, e não havendo irregularidades, o CFA formalizará o aceite com o atesto da nota fiscal.

9.4 A existência de inspeção não isenta a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade dos equipamentos fornecidos.

9.5 Em caso de rejeição do(s) equipamento(s), o CFA informará a CONTRATADA os motivos da não aceitação, devolvendo a CONTRATADA proceder com a retirada do(s) BEM(NS) para correção, ficando a mesma ciente da obrigação de proceder com a substituição dos mesmos, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

9.6 Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do equipamento pelo prazo estabelecido na respectiva garantia pelo fabricante, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, devidamente designado.

Parágrafo Segundo - A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressão que se fizer no objeto deste CONTRATO até vinte e cinco por cento do seu valor inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) dias para a entrega, instalação total e configuração dos equipamentos, e de 12 (doze) meses para o fornecimento da garantia e suporte técnico, a contar da data de sua assinatura, excluído o dia do começo e incluindo o do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com expressa renúncia aos demais.

E por estarem justos e combinados, assinam eletronicamente o presente, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE:

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Adm. Wagner H. Siqueira

Presidente - CRA-RJ 01-02903

CPF nº 032.298.747-49

CONTRATADA:

RUY CARVALHO JUNIOR - EPP

Sr. Ruy Carvalho Junior, Brasileiro

Proprietário

CPF nº 038.563.249-79

TESTEMUNHAS:

1) Weuller Marcos da Silva Santos

2) Alberto Lopes de Barros



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Lopes de Barros, Chefe da Seção de Compras**, em 13/09/2017, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Weuller Marcos da Silva Santos, Analista de Sistemas**, em 13/09/2017, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Adm. Wagner Siqueira, Presidente**, em 13/09/2017, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ruy Carvalho Junior, Usuário Externo**, em 14/09/2017, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0086282** e o código CRC **0781500F**.



Conselho Federal de Administração

O Sistema CFA/CRA's tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Seção de Contratos

Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L - Edifício CFA, , Brasília/DF, CEP 70070-932

Telefone: (61) 3218-1800 e Fax: - www.cfa.org.br

CONTRATO Nº 35/2017/CFA

PROCESSO Nº 476900.005313/2017-15

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL
DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA
ALFA TECNOLOGIA E
CONSULTORIA LTDA

CONTRATANTE

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CFA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 34.061.135/0001-89, instalado na SAUS Quadra 01 Bloco L Edf. CFA, em Brasília - DF, neste ato representado por seu Presidente Adm. Wagner H. Siqueira, Brasileiro, Casado, CRA-RJ 01-02903, CPF nº 032.298.747-49, daqui por diante designado simplesmente CFA.

CONTRATADA

ALFA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 20.254.383/0001-31, estabelecida na Quadra P Lote 14 Aa1 Casa 18 - Chácaras Coimbra - Águas Lindas/GO, CEP 72.910-000, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por seu Gerente Técnico Sr. Kleber da Silva Sousa, Brasileiro, Solteiro, portadora da CI-RG nº 708531962 SSP/MA, inscrita no CPF/MF sob o nº 874.743.283-72, conforme Contrato, que confere aos qualificados poderes para representá-la na assinatura do contrato, daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA.. firmam o presente contrato de prestação de serviços, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 22/2017 e Ata de Registro de Preços nº 04/2017, que se regerá pelas disposições legais insculpidas nas Lei nº 8.666/93, e respectivas alterações e regulamentações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos para atender as demandas do CFA e regionais participantes do projeto de implantação do Sistema Integrado de Autoatendimento e Fiscalização, conforme quantitativo, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado e precedente a Ata de Registro de Preços nº 04/2017, e ao Pregão Eletrônico CFA nº 22/2017 que se faz parte integrante mesmo que não transcrito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - São obrigações da CONTRATADA:

1. Entregar os equipamentos em conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos, em prazo não superior ao máximo estipulado.
2. Substituir o(s) equipamento(s) que esteja(m) desconforme(s) com o estabelecido no Edital e seus Anexos, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

3. Submeter à aprovação da CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal.
4. Apresentar documento fiscal especificando todos os produtos fornecidos, com indicação de preços unitários e total.
5. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE.
6. Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Obrigações do Contratante - CFA :

1. acompanhar e fiscalizar a execução do serviço por um representante especialmente designado pelo CFA, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
2. transmitir ao preposto da Contratada toda e qualquer demanda;
3. efetuar o pagamento à Contratada, após o devido atesto da nota fiscal/fatura;
4. aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
5. comunicar à Contratada quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do(s) serviço(s);
6. rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que a Contratada executar fora das especificações fornecidas pelo CFA.
7. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA.
8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas nos produtos fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES, PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente realizados, constantes da Cláusula Primeira, o valor de **R\$ 2.780,00 (dois mil setecentos e oitenta reais)**, conforme a tabela de valores a seguir:

tem	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Valor Total (R\$)
2	Webcam com HW H.264 de codificação para mais rápidas, mais suaves experiências HD; Lentes Carl Zeiss com prêmio AutoFocus 20-passo; Full HD 1080p gravações e rápido upload para o Facebook, Tweeter e YouTube; Microfone de alta qualidade dupla para áudio estéreo; Base do Tripé pronto. Marca: Logitech Modelo: C920 Pro	278,00	10	2.780,00

Parágrafo Segundo - Os pagamentos à CONTRATADA serão feitos nos seguintes termos :

1. O pagamento fica condicionado à prévia certificação quanto à entrega do material contratado;
2. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de

liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual;

3. Encontrando-se a empresa contratada inadimplente na data da consulta, poderá ser concedido, a critério do CFA, prazo de até 15 (quinze) dias para que a empresa regularize a sua situação, sob pena de, não o fazendo, ter o contrato rescindido com aplicação das sanções cabíveis;
4. A CONTRATADA deverá apresentar em sua Nota Fiscal/Fatura exclusivamente o faturamento detalhado correspondente ao objeto deste contrato. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CFA;
5. O CFA reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação exigida;
6. O CFA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Edital.

Parágrafo Terceiro - A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso da CONTRATADA.

Parágrafo Quarto - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, no Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no Parágrafo Segundo será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1. advertência;
2. multa de mora de um décimo por cento calculada sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de prestação do objeto;
3. multa de 10% (dez) por cento sobre o valor deste CONTRATO, em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da CONTRATADA.
4. Será declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a União pelos prejuízos resultantes após decorrido o prazo da sanção aplicada.

Parágrafo Primeiro - Ficará suspensa, tecnicamente, de participar em licitação, impedida de contratar com a União e descredenciada no SICAF, por prazo não superior a dois anos, se:

1. ensejar o retardamento da execução do objeto do CONTRATO;
2. não mantiver a proposta;
3. falhar ou fraudar na execução do CONTRATO;
4. comportar-se de modo inidôneo;
5. fizer declaração falsa; ou
6. cometer fraude fiscal.

Parágrafo Segundo - As multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.

Parágrafo Terceiro - Para efeito de aplicação de multa, o valor do CONTRATO será apurado deduzindo-se dele o valor das entregas aceitas.

Parágrafo Quarto - A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui a possibilidade da responsabilidade civil da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

Este CONTRATO poderá ser rescindido se ocorrer um dos casos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93 que, de alguma forma, comprometa ou torne duvidoso o

cumprimento das obrigações assumidas.

Parágrafo Único - No caso de rescisão administrativa, a CONTRATANTE poderá executar a garantia de execução para ressarcimento dos valores de multa e indenização a ela devidos e reter os créditos decorrentes deste CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do orçamento próprio do CFA, pela verba consignada na dotação orçamentaria nº 6.2.2.1.1.01.04.04.057.014.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

8.1 Os equipamentos deverão ser entregues na sede do CFA, situado SAUS Quadra 1, Bloco "L" - Brasília/DF na Câmara de Desenvolvimento Institucional, no horário compreendido de 9 às 17 horas.

8.2. Caberá a CONTRATADA arcar com as despesas de embalagem e frete dos equipamentos a serem entregues ou substituídos, se for o caso.

8.2.1. As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da Nota Fiscal.

8.3. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Nota de Empenho.

8.4. O não cumprimento do prazo de entrega acarretará penalidades, não sendo aceitas justificativas ou atrasos de subfornecedores e falhas do produto ou suas partes nos ensaios, assim como outras razões que o fornecedor possa controlar, prevenir, contornar ou remediar.

8.4.1. Caso venha ocorrer atraso no prazo de entrega, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, enviar, juntamente com o documento de cobrança, justificativa pelo atraso. A justificativa será analisada pelo CFA que decidirá a aplicação ou não da multa. O não envio da justificativa significará a concordância da CONTRATADA com a multa.

8.5. A multa por atraso na entrega do equipamento será representada por uma percentagem dos valores totais ou parciais do fornecimento e será calculada pela fórmula abaixo, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do fornecimento:

$I = 0,25 \times A$, onde:

I = Percentagem representativa da multa;

A = Atraso em dias corridos.

CLÁUSULA NONA DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

9.1 Os equipamentos serão recebidos das seguintes formas:

9.1.1 **Provisória**, mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

9.1.2 **Definitiva**, mediante recibo, em até cinco dias úteis após o recebimento provisório, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

9.2 O CFA, por meio do Coordenador da CEIRP, executará a inspeção dos equipamentos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de sua entrega.

9.3 Os equipamentos serão inspecionados no local de recebimento, quanto à parte visual e em relação à conformidade com as especificações solicitadas, e não havendo irregularidades, o CFA formalizará o aceite com o atesto da nota fiscal.

9.4 A existência de inspeção não isenta a CONTRATADA da responsabilidade pela qualidade dos equipamentos fornecidos.

9.5 Em caso de rejeição do(s) equipamento(s), o CFA informará a CONTRATADA os motivos da não aceitação, devolvendo a CONTRATADA proceder com a retirada do(s) BEM(NS) para correção, ficando a mesma ciente da obrigação de proceder com a substituição dos mesmos, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

9.6 Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do equipamento pelo prazo estabelecido na respectiva garantia pelo fabricante, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE, devidamente designado.

Parágrafo Segundo - A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressão que se fizer no objeto deste CONTRATO até vinte e cinco por cento do seu valor inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) dias para a entrega, instalação total e configuração dos equipamentos, e de 12 (doze) meses para o fornecimento da garantia e suporte técnico, a contar da data de sua assinatura, excluído o dia do começo e incluindo o do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com expressa renúncia aos demais.

E por estarem justos e combinados, assinam eletronicamente o presente, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE:

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Adm. Wagner H. Siqueira

Presidente - CRA-RJ 01-02903

CPF nº 032.298.747-49

CONTRATADA:

ALFA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA

Kleber da Silva Sousa

Gerente Técnico

CPF nº 874.743.283-72

TESTEMUNHAS:

1) Weuller Marcos da Silva Santos

2) Alberto Lopes de Barros



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Lopes de Barros, Chefe da Seção de Compras**, em 13/09/2017, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Weuller Marcos da Silva Santos**,



Analista de Sistemas, em 13/09/2017, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Adm. Wagner Siqueira, Presidente**, em 13/09/2017, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Kleber da Silva Sousa, Usuário Externo**, em 13/09/2017, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0086313** e o código CRC **E8E16F97**.

CFA 34.061.135/0001-89	Nota de empenho 1183	Exercício 2017
Número: 1183 Tipo: Ordinário	Processo: 5313/2017-15 Modalidade Contratada: Outros	Emissão: 19/09/2017
Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.057.014 - Projetos Gestão Administrativa Sistema CFA/CRA 's (Software)		
Favorecido Nome: RUY CARVALHO JUNIOR - EPP Endereço: Bairro: Cidade/UF: CEP: Telefone: Inscrição Municipal: RG/Inscrição Estadual:		
CNPJ/CPF 67.682.716/0001-97	Dados Bancários Banco: Conta: Agência:	
Valor: 6.999,90 Seis Mil e Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa Centavos		
Histórico: VALOR EMPENHADO A RUY CARVALHO JUNIOR - EPP, PELA AQUISIÇÃO OU SERVIÇOS PRESTADOS.		
Saldo Anterior 405.460,01	Valor da Nota 6.999,90	Saldo Atual 398.460,11

Brasília-DF, 19 de setembro de 2017

Adm. Wagner Siqueira
Presidente
CRA-RJ nº 01-02903-7
032.298.747-49

Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro
Diretor Administrativo e Financeiro
CRA-RS nº 2117
025.093.180-04

CFA 34.061.135/0001-89	Nota de empenho 1184	Exercício 2017
Número: 1184 Tipo: Ordinário	Processo: 5313/2017-15 Modalidade Contratada: Outros	Emissão: 19/09/2017
Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.057.014 - Projetos Gestão Administrativa Sistema CFA/CRA 's (Software)		
Favorecido Nome: ALFA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA-ME Endereço: Bairro: Cidade/UF: CEP: Telefone: Inscrição Municipal: RG/Inscrição Estadual: 106007777		
CNPJ/CPF 20.254.383/0001-31	Dados Bancários Banco: Conta: Agência:	
Valor: 2.780,00 Dois Mil e Setecentos e Oitenta Reais		
Histórico: VALOR EMPENHADO A ALFA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA-ME, PELA AQUISIÇÃO OU SERVIÇOS PRESTADOS.		
Saldo Anterior 398.460,11	Valor da Nota 2.780,00	Saldo Atual 395.680,11

Brasília-DF, 19 de setembro de 2017

Adm. Wagner Siqueira
Presidente
CRA-RJ nº 01-02903-7
032.298.747-49

Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro
Diretor Administrativo e Financeiro
CRA-RS nº 2117
025.093.180-04

Editais também disponíveis no site www.jfrs.jus.br. Demais informações pelo e-mail licitacao@jfrs.jus.br. Processo Administrativo nº 0004459-56.2017.4.04.8001.

CLEVERTON TOSETTO AMARAL
Diretor do Núcleo de Apoio Administrativo

(SIDECA - 20/09/2017) 090020-00001-2017NE999999

5ª REGIÃO SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 26/2017 - UASG 090010

Nº Processo: 1443-45/2017. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos, serviços e softwares destinados a prover as soluções de balanceamento de carga, segurança de rede e acesso sem fio, visando atender às necessidades da Seção Judiciária em Alagoas. Total de Itens Licitados: 00010. Edital: 21/09/2017 de 09h00 às 12h00 e de 12h01 às 17h59. Endereço: Avenida Menino Marcelo, S/n Serraria MACEIO - AL ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/090010-05-26-2017. Entrega das Propostas: a partir de 21/09/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/10/2017 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CARLOS HENRIQUE LIMA DE ALCANTARA
Supervisor da Slc

(SIDECA - 20/09/2017) 090010-00001-2017NE000045

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 20/2017

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 06/09/2017. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços especializados para revitalização/complementação do SPDA do edifício sede da Seção Judiciária em Alagoas.

CARLOS HENRIQUE LIMA DE ALCANTARA
Supervisor da Slc

(SIDECA - 20/09/2017) 090010-00001-2017NE000045

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2017

Comunicamos a suspensão (sine die) da licitação supracitada, em virtude da necessidade de análise da impugnação apresentada. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle e combate de vetores e pragas urbanas. Endereço eletrônico: pregoeiro@jfce.jus.br. Informações pelo telefone: (85) 3521-2625.

Fortaleza, 20 de setembro de 2017.
ELIAS JOSÉ DE SOUZA
Pregoeiro

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 23/2017 - UASG 090007

Nº Processo: 7169520174057100. Objeto: Pregão Eletrônico - Móveis planejados Total de Itens Licitados: 00041. Edital: 21/09/2017 de 08h00 às 11h59 e de 12h00 às 17h59. Endereço: Rua Doutor Lauro Pinto, 245 - Candelária NATAL - RN ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/090007-05-23-2017. Entrega das Propostas: a partir de 21/09/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/10/2017 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

(SIDECA - 20/09/2017) 090007-00001-2017NE000005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2017 - UASG 90007

Nº Processo: 863920174057100. Objeto: Serviço de manutenção corretiva em cadeiras, longarinas e sofás com fornecimento de peças. Total de Itens Licitados: 10. Edital: 21/09/2017 das 08h00 às 11h59 e das 12h00 às 17h59. Endereço: Rua Doutor Lauro Pinto, 245 - Candelária, Candelária - Natal/RN ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/90007-5-00024-2017. Entrega das Propostas: a partir de 21/09/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/10/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

ALBERTINO PIERRE DA COSTA
Supervisor da Seção de Licitações Contratos

(SIASGnet - 20/09/2017) 90007-00001-2017NE000005

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato nº 32/2017 - SEI nº 0083876. Contratante: Conselho Federal de Administração e a empresa Marina Artes Gráficas e Editora Ltda/EPP. Objeto: fotololitagem e impressão da RBA. Valor: R\$ 31.200,00 (Trinta e um mil e duzentos). Data da Assinatura: 11/09/2017. Prazo de validade do dia 11/09/2017 a 31/12/2017. Fundamento Legal: Art. 61, Parágrafo único, Lei 8.666/93.

Contrato nº 33/2017 - SEI nº 0086006. Contratante: Conselho Federal de Administração e a empresa Fattoria Web Consultoria e Desenvolvimento Em Informática Ltda. Objeto: fornecimento de Sistema Corporativo de Conselhos de Classe. Valor: R\$ 3.767.121,82 (três milhões setecentos e sessenta e sete mil cento e vinte um reais e oitenta e dois centavos). Data da Assinatura: 13/09/2017. Prazo de validade será de 12 (doze) meses, a contar da data de vencimento da assistência técnica e garantia. Fundamento Legal: Art. 61, Parágrafo único, Lei 8.666/93.

Contrato nº 34/2017 - SEI nº 0086282. Contratante: Conselho Federal de Administração e a empresa Ruy Carvalho Junior - EPP. Objeto: aquisição de equipamentos eletrônicos. Valor: R\$ 6.999,90 (seis mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos). Data da Assinatura: 14/09/2017. Prazo de validade do dia 14/09/2017 a 13/09/2018. Fundamento Legal: Art. 61, Parágrafo único, Lei 8.666/93.

Contrato nº 35/2017 - SEI nº 0086313. Contratante: Conselho Federal de Administração e a empresa Alfa Tecnologia e Consultoria Ltda. Objeto: aquisição de equipamentos eletrônicos. Valor: R\$ 2.780,00 (dois mil setecentos e oitenta reais). Data da Assinatura: 13/09/2017. Prazo de validade do dia 13/09/2017 a 12/09/2018. Fundamento Legal: Art. 61, Parágrafo único, Lei 8.666/93.

Contrato nº 36/2017 - SEI nº 0087052. Contratante: Conselho Federal de Administração e a empresa Brasil Digital Telecomunicações Ltda. Objeto: fornecimento de solução de acesso à Internet. Valor: R\$ 33.498,96 (trinta e três mil quatrocentos e noventa e nove reais). Data da Assinatura: 18/09/2017. Prazo de validade do dia 18/09/2017 a 17/09/2018. Fundamento Legal: Art. 61, Parágrafo único, Lei 8.666/93.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 28/2017 UASG 389133

Processo: 005472/2017-10. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de impressora de carteira de habilitação profissional e suprimentos de informática, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme especificações e quantidades estabelecidas, com a prestação de serviços de instalação, assistência técnica on-site e garantia dos produtos Total de Itens Licitados: 00006. Edital: 21/09/2017 de 08h30 às 11h30 e de 13h30 às 17h00. Endereço: Saus Quadra 01 Bloco I - Ed. Cfa Asa Sul - BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/389133-05-28-2017. Entrega das Propostas: a partir de 21/09/2017 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/10/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ALBERTO LOPES DE BARROS
Pregoeiro

(SIDECA - 20/09/2017) 389133-02017-2017NE000028

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 35/2015 - Processo nº 2015/000767 - Pregão Eletrônico nº 27/2015. Contratante: Conselho Federal de Contabilidade; Contratada: ISH Tecnologia S/A. Objeto: Prorrogação do contrato de prestação de serviços de administração, operação remota, monitoramento em regime 24x7 com posto de trabalho fixo no edifício CFC. Vigência: 15/09/2017 a 15/09/2018. Valor anual estimado: R\$ 249.600,00 (duzentos e quarenta e nove mil e seiscentos reais). Contratante: José Martonio Alves Coelho - Presidente; Claudio Soares Cury - Representante Legal.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato de Patrocínio. PAD nº 25/2017. Contrato nº 59/2017 - Patrocinada: SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIOÉTICA - REGIONAL PERNAMBUCO, CNPJ nº 05.757.163/0001-37. Objeto do Contrato: Concessão de patrocínio a fim de possibilitar a realização do XII Congresso Brasileiro de Bioética e IV Congresso Brasileiro de Bioética Clínica que será realizado no período de 26 a 29 de setembro de 2017, na cidade de Recife/PE. Valor: R\$ 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais). - Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.33.50.41.001 - Contribuições em Geral. Data da assinatura: 20/09/2017.

Contrato de Patrocínio. PAD nº 233/2017. Contrato nº 58/2017 - Patrocinado: Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - FUNDAPE - CNPJ nº. 02.646.829/0001-91. Objeto do Contrato: concessão de patrocínio a fim de possibilitar a realização dos seguintes eventos: "III Seminário Hospitalar na Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso no Vale do Juruá", "XIV Fórum Internacional em Saúde", "VI Fórum de Saúde Coletiva" e "I Seminário de Expansão Projeto de Vida no Trânsito", a serem realizados do dia 27 a 29 de setembro de 2017 no Campus Floresta Canela Fina, em Cruzeiro do Sul/AC. Valor: 6.376,00 (seis mil, trezentos e setenta e seis reais) - Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.33.50.41.001 - Contribuições em Geral. Data da assinatura: 20/09/2017.

Contrato de Patrocínio. PAD nº 424/2017. Contrato nº 57/2017 - Patrocinado: Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras - CNPJ nº 03.173.638/0001-12. Objeto do Contrato: patrocínio a fim de possibilitar a realização do VII CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM PEDIÁTRICA E NEONATAL a ser realizado do período de 30 de setembro a 03 de outubro de 2017, na cidade de São Paulo/SP. Valor: de R\$ 111.739,75 (cento e onze mil, setecentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos) - Dotação Orçamentária: 6.2.2.1.1.011.33.50.041.001 - Contribuições em geral. Data da assinatura: 20/09/2017.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Termo de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação. Processo: PAD Cofen nº: 551/2017. Objeto: realização, pelo CONTRATADO, de curso sobre Procedimentos Licitatórios, Auditoria e Controle Interno, sob a ótica do TCU, na sede do Cofen, situado à Quadra 304 norte, Bloco E, Lote 9, Asa Norte, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2017, com carga horária total de 20 horas. Contratada: Remilson Candeia Advogados Associados. CNPJ sob o nº 27.371.066/0001-44. Valor: R\$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais). Código Orçamentário: 6.2.2.1.1.01.33.90.039.002.028 - Congressos, Convenções, Conferências, Seminários, Simpósios e Reuniões. Fundamentação legal: inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Brasília-DF, 20 de setembro de 2017.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Espécie: Autorização de Fornecimento. Objeto: Aquisição de Material Gráfico - EGF - Editora Gráfica Fator Ltda, CNPJ 10.172.304/0001-90, Valor Global de R\$20.700,00. Fundamento legal: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 11/2016 e Ata de Registro de Preços nº 1/2017.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 4/2017 UASG 389216

Processo: 24/2007. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços especializados de natureza contínua copeira, limpeza e conservação na sede do Conselho Federal de Nutricionistas Total de Itens Licitados: 00005. Edital: 21/09/2017 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h59. Endereço: Srtvs, Quadra 701, Bloco II, Sala 406 Centro Empresarial Assis Ch Asa Sul - BRASILIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/389216-05-4-2017. Entrega das Propostas: a partir de 21/09/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 03/10/2017 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital encontra-se disponível no site www.cfn.org.br ou www.comprasnet.gov.br.

RITA FRANCA DA SILVA
Pregoeira

(SIDECA - 20/09/2017) 389216-02017-2017NE042017

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo Contratante: Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia. CONTRATADA: WTL TURISMO E LOCAÇÃO LTDA ME. Objeto: prestação de serviços de agenciamento de viagens, historiado no PA nº- 0147/2014, ratificadas as condições estabelecidas no contrato primeiro. Vigência: fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, a partir de 25/09/2017.



Conselho Federal de Administração

O Sistema CFA/CRA tem como missão promover a **Ciência da Administração** valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Coordenadoria de Informática

Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932

Telefone: (61) 3218-1830 e Fax: - www.cfa.org.br

Despacho nº 2128/2017/CFA

Brasília, 14 de dezembro de 2017.

Para: Alberto Lopes de Barros

Providências: Solicitamos providências para a emissão de notas de empenho referentes às ordens de serviços constantes dos docs. SEI 0112426 e 0112427.

José Carlos de Araújo Ferreira

Coordenador de Informática



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos de Araújo Ferreira, Coordenador da Coordenadoria de Informática**, em 14/12/2017, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0112428** e o código CRC **03BCAA8D**.

Referência: Processo nº 476900.005313/2017-15

SEI nº 0112428



Conselho Federal de Administração

O Sistema CFA/CRA tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Seção de Compras

Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932

Telefone: (61) 3218-1813 e Fax: - www.cfa.org.br

Despacho nº 2131/2017/CFA

Brasília, 15 de dezembro de 2017.

Para: Seção de Orçamento e Finanças

Providências: Solicitamos providências para a emissão de notas de empenho referentes às ordens de serviços constantes dos docs. SEI 0112426 e 0112427.

Tec. Cont. Alberto Lopes de Barros

Chefe da Seção de Compras



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Lopes de Barros, Chefe da Seção de Compras**, em 15/12/2017, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0112575** e o código CRC **A3F7D7BF**.

Referência: Processo nº 476900.005313/2017-15

SEI nº 0112575

CFA 34.061.135/0001-89	Nota de empenho 1629	Exercício 2017
Número: 1629 Tipo: Ordinário	Processo: 5313/2017-15 Modalidade Contratada: Outros	Emissão: 15/12/2017
Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.057.014 - Projetos Gestão Administrativa Sistema CFA/CRA 's (Software)		
Favorecido Nome: RUY CARVALHO JUNIOR - EPP Endereço: Bairro: Cidade/UF: CEP: Telefone: Inscrição Municipal: RG/Inscrição Estadual:		
CNPJ/CPF 67.682.716/0001-97	Dados Bancários Banco: Conta: Agência:	
Valor: 6.999,90 Seis Mil e Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa Centavos		
Histórico: VALOR EMPENHADO A RUY CARVALHO JUNIOR - EPP, PELA AQUISIÇÃO OU SERVIÇOS PRESTADOS.		
Saldo Anterior 2.193.580,11	Valor da Nota 6.999,90	Saldo Atual 2.186.580,21

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2017

Adm. Wagner Siqueira
Presidente
CRA-RJ nº 01-02903-7
032.298.747-49

Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro
Diretor Administrativo e Financeiro
CRA-RS nº 2117
025.093.180-04

CFA 34.061.135/0001-89	Nota de empenho 1630	Exercício 2017
Número: 1630 Tipo: Ordinário	Processo: 5313/2017-15 Modalidade Contratada: Outros	Emissão: 15/12/2017
Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.057.014 - Projetos Gestão Administrativa Sistema CFA/CRA 's (Software)		
Favorecido Nome: ALFA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA-ME Endereço: Bairro: Cidade/UF: CEP: Telefone: Inscrição Municipal: RG/Inscrição Estadual: 106007777		
CNPJ/CPF 20.254.383/0001-31	Dados Bancários Banco: Conta: Agência:	
Valor: 2.780,00 Dois Mil e Setecentos e Oitenta Reais		
Histórico: VALOR EMPENHADO A ALFA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA-ME, PELA AQUISIÇÃO OU SERVIÇOS PRESTADOS.		
Saldo Anterior 2.186.580,21	Valor da Nota 2.780,00	Saldo Atual 2.183.800,21

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2017

Adm. Wagner Siqueira
Presidente
CRA-RJ nº 01-02903-7
032.298.747-49

Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro
Diretor Administrativo e Financeiro
CRA-RS nº 2117
025.093.180-04



Conselho Federal de Administração

O Sistema CFA/CRA's tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Seção de Orçamento e Finanças
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932
Telefone: (61) 3218-1814 - www.cfa.org.br

CFA 34.061.135/0001-89	Nota de empenho 1237	Exercício 2018
Número: 1237 Tipo: Ordinário	Processo: 5313/2017-15 Modalidade Contratada: Outros	Emissão: 11/09/2018
Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.057.014 - Projetos Gestão Administrativa Sistema CFA/CRA's (Software)		
Favorecido Nome: ALFA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA-ME Endereço: Bairro: Cidade/UF: CEP: Telefone: Inscrição Municipal: RG/Inscrição Estadual: 106007777		
CNPJ/CPF 20.254.383/0001-31	Dados Bancários Banco: Conta: Agência:	
Valor: 2.780,00 Dois Mil e Setecentos e Oitenta Reais		
Histórico: VALOR EMPENHADO A ALFA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA-ME, REFERENTE AQUISIÇÃO WEBCAM, MARCA LOGITECH, MODELO C920 PRO, HW H.264 de codificação rápida, suaves experiências HD; Lentes Carl Zeiss com prêmio AutoFocus 20-passo; Full HD 1080p gravações e rápido upload para o Facebook, Tweeter e YouTube; Microfone de alta qualidade dupla para áudio estéreo; Base do Tripé.		
Saldo Anterior 2.666.879,54	Valor da Nota 2.780,00	Saldo Atual 2.664.099,54

Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.



Documento assinado eletronicamente por **Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Diretor**, em 11/09/2018, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0212786** e o código CRC **C9EC3015**.

Referência: Processo nº 476900.005313/2017-15

SEI nº 0212786



Conselho Federal de Administração

O Sistema CFA/CRA's tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Seção de Orçamento e Finanças

Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932

Telefone: (61) 3218-1814 - www.cfa.org.br

CFA 34.061.135/0001-89	Nota de empenho 1238	Exercício 2018
Número: 1238 Tipo: Ordinário	Processo: 5313/2017-15 Modalidade Contratada: Outros	Emissão: 11/09/2018
Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.01.04.057.014 - Projetos Gestão Administrativa Sistema CFA/CRA's (Software)		
Favorecido Nome: RUY CARVALHO JUNIOR - EPP Endereço: Bairro: Cidade/UF: CEP: Telefone: Inscrição Municipal: RG/Inscrição Estadual:		
CNPJ/CPF 67.682.716/0001-97	Dados Bancários Banco: Conta: Agência:	
Valor: 6.999,90 Seis Mil e Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa Centavos		
Histórico: VALOR EMPENHADO A RUY CARVALHO JUNIOR - EPP, REFERENTE AQUISIÇÃO DE 10 MESAS DIGITALIZADORA, FABRICANTE WACOM, MODELO STU-300 LCD, Physucak Size - WxDxH: 6,1 x 5,0 x 0,7 (156,0 mm x 127,4 mm x 16,9 mm); Área ativa: 3,9 x 1,0 (diagonal de 4,0', 98,99 mm x 24,99 mm); Alimentação e Data Interface: USB de alta velocidade; Development Environments: C++, .Net e Java SDK/API		
Saldo Anterior 2.664.099,54	Valor da Nota 6.999,90	Saldo Atual 2.657.099,64



Documento assinado eletronicamente por **Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro, Diretor**, em 11/09/2018, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0212791** e o código CRC **D0E5779D**.

Referência: Processo nº 476900.005313/2017-15

SEI nº 0212791



Conselho Federal de Administração

O Sistema CFA/CRA's tem como missão promover a **Ciência da Administração** valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Coordenadoria de Informática

Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932

Telefone: @telefone_unidade@ e Fax: @fax_unidade@ - www.cfa.org.br

Despacho nº 1138/2018/CFA

Brasília, 01 de outubro de 2018.

Para: Assessoria Jurídica

Providências: Tendo em vista a solicitação de Reajuste de preços dos itens constante da ARP 03/2017 (SEI de nº 0085523) conforme documentos constantes do SEI de nº 0216315, 0216319 e 0216923, questionamos a essa assessoria se tal pedido pode ser julgado procedente e o amparo legal que o valida.

Weuller Marcos da Silva Santos

Analista de Sistemas



Documento assinado eletronicamente por **Weuller Marcos da Silva Santos, Analista de Sistemas**, em 01/10/2018, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0218718** e o código CRC **BDED22CF**.

Referência: Processo nº 476900.005313/2017-15

SEI nº 0218718